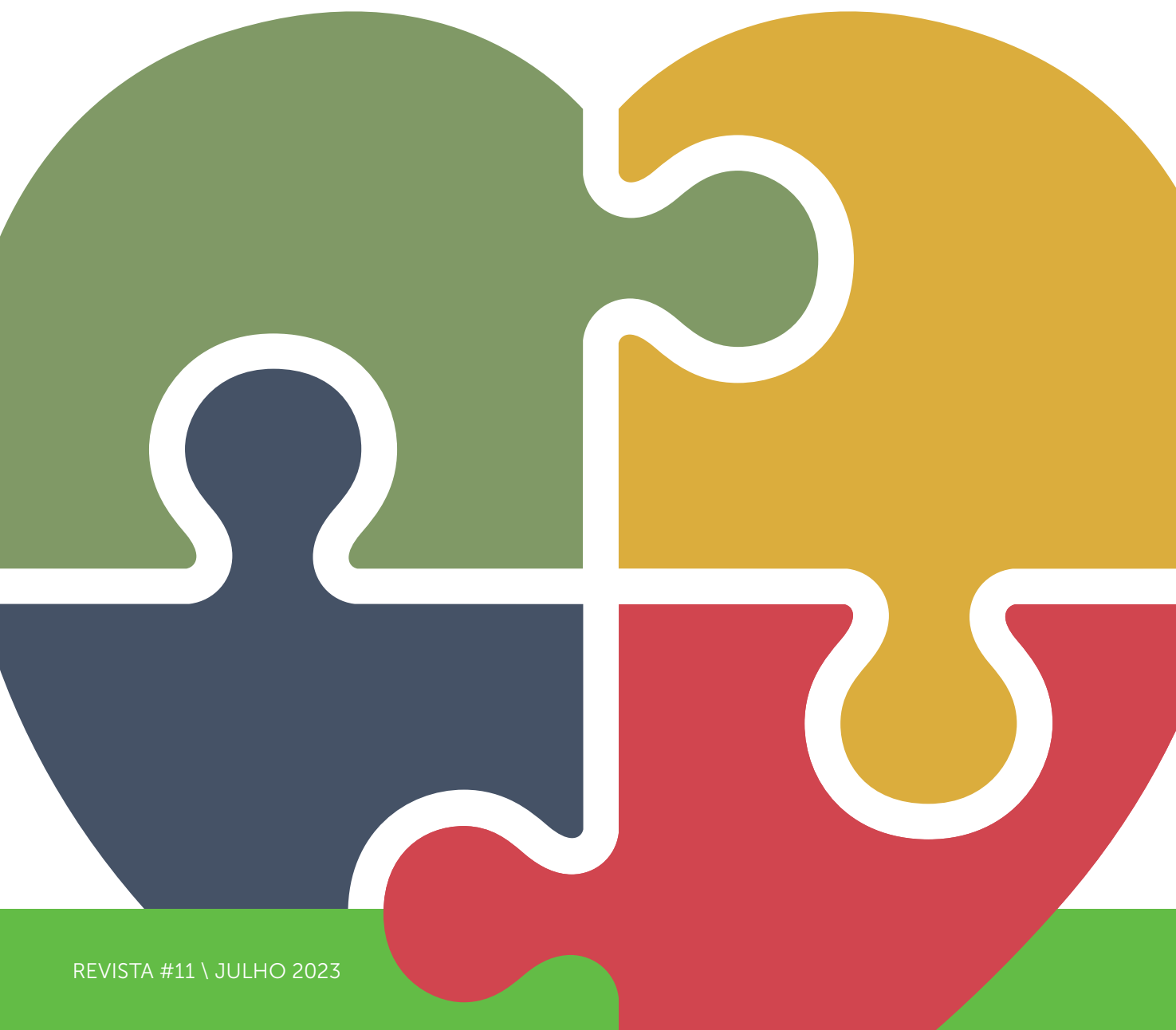


Seguros & Cidadania

O LUGAR DA ÉTICA:
EMOÇÃO E RAZÃO EM TEMPOS
DE INCERTEZA



ÍNDICE

04. EDITORIAL

ALEXANDRA QUEIROZ,
DIRETORA GERAL DA APS

01. INSTITUCIONAL



06. ENTREVISTA FRANCISCO ASSIS, PRESIDENTE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL *"SOMOS, HOJE, MAIS SENSÍVEIS AOS ATENTADOS À ÉTICA PORQUE TEMOS MAIORES PREOCUPAÇÕES ÉTICAS"*

14. CONFERÊNCIA ANUAL DA APS: *"EMOÇÃO E RAZÃO EM TEMPOS DE INCERTEZA: O LUGAR DA ÉTICA NO SETOR SEGURADOR"*

19. CONSELHO GERAL DE ASSOCIADOS DA APS 2023: OS GRANDES DESAFIOS DO SETOR SEGURADOR NA NOVA ERA DIGITAL

02. DESTAQUE



20. UMA CONVERSA SOBRE OS DILEMAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COM O FILÓSOFO STEVEN S. GOUVEIA *"PODEMOS ESTAR PERANTE A ÚLTIMA CRIAÇÃO DO SER HUMANO"*

28. ÉTICA E POLÍTICA: SUSANA COROADO, *"É PRECISO QUE DEMOCRACIA OFEREÇA SOLUÇÕES AOS CIDADÃOS"*



32. ENTREVISTA A MARIA DO CÉU PATRÃO NEVES, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA *"NÃO HÁ BOA CIÊNCIA SEM BOA ÉTICA"*



38. ENTREVISTA AO HUMORISTA JOSÉ DIOGO QUINTELA *"O RISO, MUITAS VEZES, VEM DE UM SÍTIO INCÓMODO"*

03. SEGUROS EM NÚMEROS

43. EVOLUÇÃO DO MERCADO NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023

04. LITERACIA FINANCEIRA

44. APRESENTAÇÃO DO LIVRO *JORNADA SEGURA* NO PORTO

45. OFICINA DE LITERACIA FINANCEIRA SOBRE SEGUROS - CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

45. WORKSHOP "FINANÇAS DESCOMPLICADAS" - ESCOLA DA INÉS DE CASTRO, ALCOBAÇA

46. A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES E A FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO CUPERTINO DE MIRANDA JUNTAS NA PROMOÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA

05. NOTÍCIAS

48. TOMADA DE POSSE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

49. 13ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA INSURANCE EUROPE - "PROTEGER O AMANHÃ"

49. NOTA DE PESAR - DENIS KESSLER

50. REUNIÃO COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS - BRASIL

50. PRÉMIO CUNHA VAZ & ASSOCIADOS PARA APS

50. ESPANHOLA UNESPA TEM NOVA DIREÇÃO

51. SEMANA DE COMBATE À FRAUDE NOS SEGUROS



52. CICLO DE CONFERÊNCIAS APS. OS SEGUROS NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: MICROMOBILIDADE, RISCOS DA NATUREZA E DESAFIOS NA SAÚDE EM DISCUSSÃO

59. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR

06. ANÁLISE

60. INSURANCE SCHEMES TO PROTECT AGAINST EARTHQUAKE RISK



62. A EVOLUÇÃO DA TELEMEDICINA

07. OPINIÃO

66. *"IMM-LAÇO HUB - CONSTRUIR UMA REDE QUE ENVOLVE TODOS NO COMBATE CONTRA O CANCRO DA MAMA"*, POR MARIA MANUEL MOTA, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE MEDICINA MOLECULAR JOÃO LOBO ANTUNES

Siga-nos:
www.apseguradores.pt

Para ver e fazer download desta revista online aceda às Publicações Periódicas, no site da APS.

Publicação
Rua Rodrigo da Fonseca, 41
1250-190 Lisboa

Design e paginação
Zincodesign

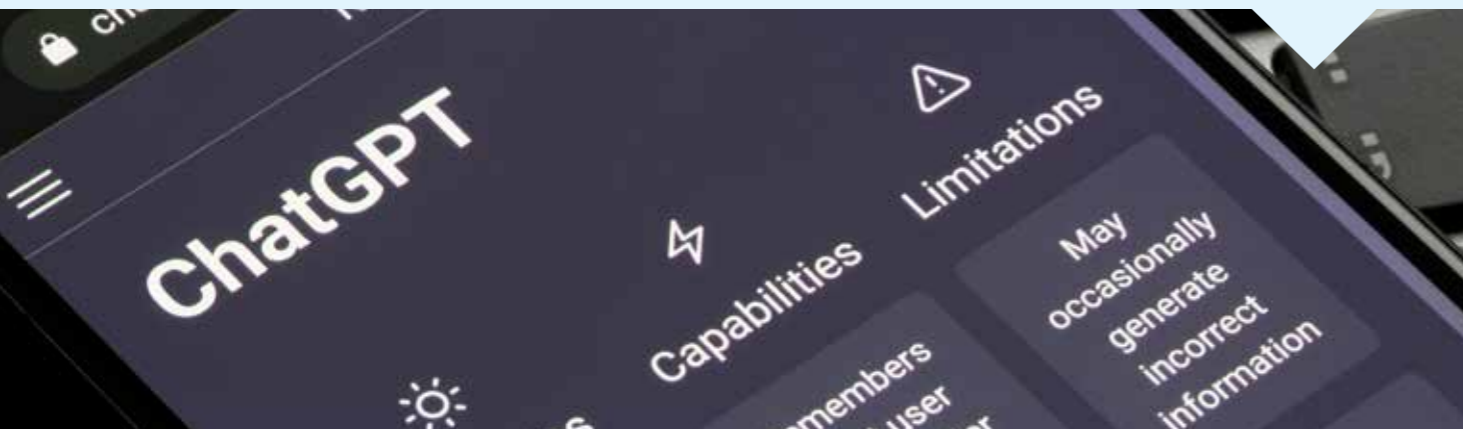
Tiragem
online

Produção
Tutti-Frutti

Depósito Legal
440692/18

JULHO 2023

Seguros & Cidadania



No editorial desta revista, pareceu-me importante partilhar com os leitores a resposta do ChatGPT à questão *"How will artificial intelligence impact the insurance industry?"* A questão foi colocada no âmbito dos trabalhos que recentemente se realizaram na Assembleia Geral da Global Federation of Insurance Associations (GFIA)

Resposta do ChatGPT: *"Artificial intelligence (AI) is expected to have a significant impact on the insurance industry, revolutionising various aspects of the business. Here are some ways in which AI is likely to influence the insurance sector:*

1. *Enhanced Underwriting and Risk Assessment: AI algorithms can analyze vast amounts of data from diverse sources, including customer profiles, historical claims data, and external databases, to assess risks accurately. Insurers can leverage machine learning techniques to automate underwriting processes, identify patterns, and make more informed decisions, leading to improved risk assessment and pricing accuracy.*
2. *Claims Processing and Fraud Detection: AI-powered systems can streamline claims processing by automating routine tasks and accelerating the overall process. Natural language processing (NLP) enables efficient analysis of claim documents and data extraction, while computer vision can assist in damage assessment through image analysis. Additionally, AI algorithms can detect fraudulent claims by identifying suspicious patterns and anomalies in data, reducing losses for insurers.*
3. *Personalised Customer Experience: AI enables insurers to offer personalized services to their customers. Chatbots and virtual assistants powered by AI can provide real-time support, answer queries, and guide customers through the insurance process. AI algorithms can analyze customer data to tailor policy recommendations, pricing, and coverage options based on individual needs and preferences, enhancing the overall customer experience.*
4. *Risk Prevention and Mitigation: AI systems can help insurers proactively prevent and mitigate risks. For example, insurers can leverage data from connected devices, such as IoT sensors, to monitor and assess risks in real time. AI algorithms can analyze this data to identify potential risks, offer preventive measures, and provide timely alerts to policyholders.*

5. *Improved Underwriting Efficiency: AI can automate and streamline the underwriting process, reducing the need for manual intervention and paperwork. This leads to improved operational efficiency, faster policy issuance, and reduced costs for insurers.*

6. *Actuarial Analysis and Pricing: AI algorithms can assist actuaries in analyzing complex datasets and predicting future trends. This can help insurers refine their pricing strategies, optimize premiums, and develop new insurance products tailored to specific market segments.*

7. *Data Security and Fraud Prevention: As the insurance industry handles vast amounts of sensitive customer data, AI can play a crucial role in safeguarding information and detecting potential security breaches. AI-powered systems can monitor network activity, detect anomalies, and identify potential threats, ensuring data security and fraud prevention.*

It is important to note that while AI presents numerous opportunities for the insurance industry, it also raises ethical considerations, such as data privacy, algorithmic bias, and the impact on the workforce.

Striking the right balance between leveraging AI's benefits and addressing these concerns will be crucial for insurers as they adopt AI technologies."

Esta resposta foi dada em frações de segundo e dá uma ideia do potencial e do poder desta ferramenta.

Os avanços recentes no domínio da inteligência artificial conduzirão a uma vasta gama de utilizações com impactos significativos, incluindo para o setor dos seguros. Tendo em conta esses impactos e o crescimento das atividades regulatórias sobre a inteligência artificial é imperioso que se analise e aprofunde a questão de saber como é que a Inteligência Artificial já está a ser usada no setor de seguros e que oportunidades e perigos dela podem advir para o setor.

O mesmo se diga da evolução da ciência e da genética em áreas como a saúde e o seu impacto na capacidade de resposta dos seguradores aos novos riscos e às novas exigências de uma sociedade cada vez mais sensível ao valor da proteção e da segurança.

Nesta discussão avultam, como incontornáveis, questões relevantíssimas de natureza ética, transversais à sociedade.

Foram estes os temas da Conferência Anual da APS.

Todas estas questões são também analisadas nesta edição, onde não falta igualmente a perspetiva política e filosófica e a humorística. Isto, e muito mais, para ler nas páginas seguintes.

Desejo a todos uma Boa leitura!



Alexandra Queiroz

DIRETORA GERAL DA APS

ENTREVISTA

Francisco Assis,
Presidente do Conselho Económico e Social

“SOMOS, HOJE, MAIS SENSÍVEIS AOS ATENTADOS À ÉTICA PORQUE TEMOS MAIORES PREOCUPAÇÕES ÉTICAS”

O discurso político tornou-se mais simplista, mais superficial, adotando as regras do imediatismo e da polarização próprias das redes sociais. Também por isso, os partidos políticos estão a falhar na sua função. Mas, ainda assim, mesmo num momento em que as instituições democráticas, um pouco por todo o mundo, parecem estar sob ataque e a lidar com sérios dilemas éticos, o Presidente do Conselho Económico e Social não deixa de ser otimista. Francisco Assis lembra que as crises são, afinal, próprias da democracia, porque são vividas às claras – e não escondidas, como acontece nos regimes que esmagam liberdades. “Hoje, a sociedade discute temas como a igualdade salarial entre homens e mulheres. Isso não acontecia, com esta dimensão, há cinco anos”, exemplifica. Num mundo acelerado pelas inovações tecnológicas, emergem novas formas de trabalho, novas profissões e novas formas de relacionamento laboral que é preciso proteger e que devem ser plasmadas no âmbito da concertação social e do próprio funcionamento do CES. Uma discussão que já está a acontecer, refere Francisco Assis.

Recentemente, referiu que “há uma crise geral das democracias, que não é um problema especificamente português. Há uma crise dos sistemas de representação democrática”, numa entrevista ao jornal Público. Na sua opinião, essa crise nas grandes instituições de representação deve-se a quê? A lacunas na dimensão ética, por exemplo? Sente que a ética tem sido “abandonada” por certas posições e medidas? Em que medida?

Uma crise da democracia é, em primeiro lugar, inerente à própria democracia, pois ao contrário das ditaduras, esta é um regime em que as crises não são escondidas, mas sim evidenciadas. Depois, há momentos de maior confiança, de maior aproximação e de maior participação, assim como há outros momentos de algum distanciamento. Nos últimos tempos, temos sentido esse afastamento. Há uma manifesta menor participação na vida partidária e na vida política em geral, decorrente de fatores múltiplos: uma certa desvalorização da dimensão pública na maior parte das sociedades democráticas ocidentais, com alguma perda de compromisso cívico, já que as pessoas tendem a fechar-se nos seus mundos privados e a ter pouca participação na vida cívica ou política. Por outro lado, as redes sociais não são um espaço de grande intervenção cívica, sendo em grande parte o prolongamento apenas da dimensão particular. Todos estes fatores conjugados têm levado a uma certa ideia de crise

“Há uma manifesta menor participação na vida partidária e na vida política em geral, decorrente de fatores múltiplos: uma certa desvalorização da dimensão pública na maior parte das sociedades democráticas ocidentais, com alguma perda de compromisso cívico, já que as pessoas tendem a fechar-se nos seus mundos privados e a ter pouca participação na vida cívica ou política. Por outro lado, as redes sociais não são um espaço de grande intervenção cívica.”

da democracia, que devemos tentar resolver. Ainda há pouco tempo reunimos uma conferência, em Lisboa, com a presença do Presidente do Conselho Económico e Social francês, sobre uma experiência que eles estão a desenvolver em França, nomeadamente as assembleias de cidadãos. Não visam substituir democracias representativas, como é evidente, mas serão complementares, de forma a atrair/criar os campos de discussão com características algo diferentes dos modelos de representação democrática.

Essa é uma solução que pode ser seguida, no sentido de responder aos desafios da sociedade decorrentes de um certo deslaxamento da participação cívica, como referia?

São processos que estão em curso, em experimentação. Os franceses fizeram duas grandes assembleias de cidadãos. A primeira, dedicada ao tema do ambiente, que não foi um grande sucesso especialmente porque o assunto foi colocado de forma muito lata, muito aberta, o que resultou na aprovação de uma série de recomendações, algumas delas contraditórias, e que, por isso, não tiveram muita repercussão. Agora, está a decorrer a segunda, sobre a eutanásia e o fim da vida, o suicídio assistido. O Presidente francês, Emmanuel Macron, fez anteceder uma discussão desse tema no Parlamento de um debate nesta assembleia de cidadãos, em que se ouviram especialistas e pessoas das mais diversas áreas, que estudam o tema, sendo retiradas conclusões que, depois seguem para o Governo e para o Parlamento. É um modelo complementar, não é substitutivo da democracia representativa, que assenta naturalmente no princípio da eleição democrática. São, no fundo, tentativas de garantir uma maior participação das pessoas na vida pública, são ensaios que estão a ser feitos. Não sei se vão ter sucesso, mas são importantes para garantir maior representatividade. Nada, na verdade, substitui algumas matérias fundamentais: nomeadamente, os partidos políticos têm de se abrir mais à sociedade, têm de ter uma vida mais ativa e mais intensa. Temos de qualificar o debate político nas diferentes questões e o próprio Conselho Económico e Social está a seguir esse percurso: elaborar documentos, preparar debates sobre temas importantes que permitam



“Entendo que o pudor como elemento de autolimitação do que fazemos ou dizemos e de como nos relacionamos no espaço público e político é importante e perdeu-se um pouco.”

uma discussão mais fundamentada e qualificada do debate político. Queremos dialogar com a Assembleia da República, com o Governo e com o País, de forma a criar um espaço público nacional onde os grandes temas sejam discutidos com o máximo de informação e de serenidade possíveis. As diferentes sensibilidades representadas no CES permitem isso. Hoje, com esta pressão mediática a todos os níveis, temos a tendência de discutir tudo com muita superficialidade e com muita rapidez.

Considera que há um esvaziamento do discurso político?

Claramente, há uma mudança. O discurso político, hoje, é muito mais superficial, simplista, com uma exigência temporal extrema de atingir segmentos muito vastos da população. E isso leva a que haja, por vezes, uma certa desvalorização das matérias, com uma excessiva presença do *marketing* na política. Felizmente, no CES, temos outro ritmo, outro modo de pensar a política e queremos que esse caminho de criação de pensamento político seja profícuo.

Também disse, recentemente, que “o principal código ético é o da vergonha”. Nesse sentido, considera que estamos a perder a vergonha, se pensarmos até em certos comportamentos de atores políticos, alguns que ocuparam ou ocupam cargos executivos?

Entendo que o pudor como elemento de autolimitação do que fazemos ou dizemos e de como nos relacionamos no espaço público e político é importante e perdeu-se um pouco. O que gera, em consequência, um debate político muito polarizado, num tom muito agressivo, muito violento, o que prejudica a qualidade da discussão e prejudica também a qualidade das decisões políticas.

Torna-se impossível chegar a consensos?

Mesmo quando não se chega a consensos, é importante que o debate se faça com qualidade para que o próprio processo da decisão seja mais qualificado.

Mais recentemente, o Presidente da Assembleia da República tem tomado posições mais duras, de forma a manter o ambiente político no Parlamento. Neste sentido, concorda com alterações das regras ou a criação de códigos de conduta, mais duros?

Neste caso, já temos esses códigos, que é o Regimento da Assembleia e eu noto que há um entendimento que esse instrumento é suficiente. É, de facto, obrigação do Presidente da Assembleia da República cuidar da dignidade do órgão a que preside. Situações como a que aconteceu na recepção ao Presidente do Brasil ultrapassam tudo o que é aceitável e justifica-se plenamente uma intervenção do Presidente da Assembleia da República recorrendo aos instrumentos que estão à sua disposição. É de salientar que essas medidas foram tomadas e apoiadas por todos os partidos, com exceção de apenas um, o que significa que há um grande consenso parlamentar sobre essa matéria.

Mas entende que deve existir reforço de mecanismos como códigos de ética, transparência, ou de outro nível, como o inquérito que o Primeiro-Ministro teve necessidade de apresentar, em janeiro, para todos aqueles que pretendam exercer cargos executivos no Governo?

Em relação a esse último caso, tive oportunidade de o criticar e, por isso, não comento mais. As instituições já têm instrumentos para garantir a salvaguarda da dignidade do Parlamento, desde o Regimento a códigos não escritos decorrentes da prática parlamentar e, por vezes, chega a altura

de os testar e utilizar – devem ser, de facto, sancionadas determinadas situações. Há outros parlamentos que têm outro tipo de sanções mais graves, como a suspensão dos salários, por exemplo. Compete analisar e verificar as soluções atuais e verificar se são as mais adequadas para impedir comportamentos que não são próprios de quem representa a República e a instituição parlamentar.

Mais do que códigos ou regimentos, seja na política ou na academia, não estamos a perder uma certa dimensão ética?

As comissões de ética, nomeadamente na Assembleia da República, funcionam no sentido de averiguar determinadas situações de incompatibilidade dos comportamentos dos deputados. Não há razão para pensar que o regimento e o poder da mesa não cheguem para gerir comportamentos menos éticos. Claro que tirar a palavra a um deputado deve ser ponderado e não deve ser feito por um motivo fútil. São comportamentos que devem ser alvo de escrutínio permanente, quer pelo Parlamento quer pelo público em geral. Mas isto não acontece só no nosso País! Eu assisti a comportamentos no limite do tolerável, de que são conhecidos casos noutros países, desde cenas de pancadaria a situações no limite do caso de polícia.



Nos últimos tempos, temos assistido a situações fraturantes como o que aconteceu no Brasil ou nos Estados Unidos, com a invasão das “casas da democracia”...

Nesses casos, estamos perante comportamentos que são claramente do foro criminal.

Influenciados por comportamentos e discursos públicos de governantes, que sabem ter uma imensa influência sobre grandes massas humanas. A ética já não mora aqui?

Nesses casos, como noutros, estamos a falar de dirigentes políticos extremistas e de apoiantes extremistas e antidemocráticos que tiveram comportamentos objetivamente antidemocráticos e fora do quadro legal e constitucional, logo, criminosos. Felizmente, em Portugal ainda não chegámos a esse ponto. Temos tido manifestações impróprias no Parlamento, onde ultrapassamos certos limites, que têm sido devidamente censurados, incluindo, creio eu, pela própria opinião pública.

Esses comportamentos, ao serem mediatizados, não levam a novo comportamento e a reações do público?

Mas isso é inevitável, faz parte da democracia. Não podemos esconder os comportamentos. Temos de saber lidar com a situação. Não tenho uma preocupação excessiva. A própria instituição tem condenado estes comportamentos, que são indignos do Parlamento e do País. Creio que a resposta que temos encontrado tem sido a mais correta.

De onde nascem os populismos?

Os populismos nascem e medram das crises mais gerais, que fatores sociológicos e económicos não de explicar. Primeiro, importa referir que há sempre, em todas as sociedades, quem não seja democrático. Compete-nos a nós, democratas, que somos a larga maioria, na nossa diversidade lutar contra essas pessoas e, através das ideias, do debate, da discussão, criar barreiras políticas para a não proliferação desse ideário antidemocrático, procurando impedir o seu crescimento junto das populações. Acredito que, em Portugal, esse tipo de atitudes é mais folclore e tem uma representatividade muito diminuta, que não corresponde de facto a um perigo real. O que não quer dizer que não devemos estar atentos, porque, de repente, podemos ser surpreendidos por uma realidade que, infelizmente, tínhamos subestimado.

“As sociedades de empregos estáveis tendem a modificar-se, porque a digitalização é uma aceleração da produção, da distribuição e do próprio consumo. O que subsiste é o nível da preocupação ética, porque essa é igual.”

Nesta nova economia, mais digital, temos assistido à ascensão de novos setores e novas filosofias de trabalho que colocam em causa, até, os sistemas económicos e os modelos laborais atuais. Há quem veja neles o modelo do futuro, mas também há quem aponte o facto de alimentarem a precarização das sociedades. Como analisa estes novos conceitos?

É uma mudança muito significativa que, naturalmente, nos confronta com a necessidade de alterarmos alguns dos nossos conceitos. Há muitas décadas que se fala nisso, sobre o fim do trabalho, as questões de precarização. É evidente que alguma coisa já aconteceu: hoje, o modelo de trabalho é diferente, as economias são distintas, a relação laboral tem sofrido alterações. Mas tem havido uma preocupação, aqui, em Portugal, de combater as questões mais negativas, como se pode ver pela Agenda do Trabalho Digno, que tem como objetivo enquadrar uma grande parte das novas relações laborais precisamente para combater a precarização do trabalho. Porque existe, de facto, o perigo real de perda de direitos. O próprio Estado tem de ter uma atitude diferente: providenciar um maior ou outro tipo de apoio, ao longo da vida; acautelar a criação de um modelo em que as pessoas consigam transportar os seus direitos de uma empresa para empresa ou de setor para setor. As sociedades de empregos estáveis tendem a modificar-se, porque a digitalização é uma aceleração da produção, da distribuição e do próprio consumo. O que subsiste é o nível da preocupação ética, porque essa é igual. Temos de construir respostas distintas para sociedades com características diferentes. A Ética não mudou quase em mais de dois milénios, se formos ler atentamen-

Falava sobre os fatores económicos que, normalmente, estão por trás das grandes crises sociais. Pensando naquele que deve ser o papel social das organizações para garantir a estabilidade e a própria qualidade da democracia, qual é o papel que, na sua opinião, cabe aos líderes empresariais?

São fundamentais, não só porque são líderes, mas porque as empresas têm um papel social muito importante. Naturalmente, não são lideranças políticas, mas, por serem líderes, têm responsabilidades especiais e têm de as saber assumir.

te os autores dessa época, que se mantêm como referência. A forma como constrói respostas com base nesses princípios éticos é que muda. O teletrabalho, por exemplo, vingou com a pandemia, potenciado por alterações tecnológicas, que nos abriu perspectivas muito interessantes. Temos de arranjar formas híbridas, sem soluções extremas – como o modelo exclusivo presencial, que já não tem sentido, mas também sem estar 100% remoto, porque sabemos que há perdas substanciais nessa ausência de relacionamento –, com ganhos objetivos para as organizações, mas também para as pessoas, que ganham maior conciliação. Basta dar o exemplo das próprias comissões do CES, que funcionam atualmente em de modelo misto e que, por isso, ganharam maior participação. Temos de fazer esta transformação – não haverá um voltar atrás – e as organizações devem fazer esse passo, nos setores que o permitirem.

Pensando na missão do CES, e atendendo também a esta nova realidade laboral, haverá necessidade de ajustar a própria representatividade do CES às novas modalidades de trabalho?

Temos atualmente essa preocupação: a de pensar se o plenário ainda será representativo da sociedade portuguesa. Provavelmente já não será. Vamos abrir essa discussão e estamos a aguardar que termine o processo de revisão constitucional para iniciarmos esse debate – é a Assembleia da República que tem de o fazer, mas nós estamos disponíveis para ajudar a pensar se este plenário, que tem 30 anos, se ainda é o mais adequado aos tempos que vivemos. Naturalmente, a resposta será “sim”, pelo que iremos trabalhar no sentido de recompor o nosso plenário.

A introdução de sistemas de inteligência artificial, a utilização massiva de dados pessoais e novas disrupções tecnológicas deixam-nos muitas incertezas sobre o futuro que nos espera – até ao nível do funcionamento das democracias. Por exemplo, muito recentemente, vários especialistas que ajudaram a desenvolver sistemas de IA, incluindo Elon Musk, vieram alertar para o perigo que estes sistemas podem vir a assumir muito em breve. Estes temas preocupam-no?

A Inteligência Artificial, a todos os níveis, é algo de extraordinário e que provoca problemas extraordinários. Eu próprio assinei essa petição mundial, porque entendo que devemos parar um pouco para pensar, mas não tenho uma visão catastrofista, desde que o Homem não perca o controlo, e, por consequência, se possa colocar essa tecnologia ao serviço da humanidade. É evidente que estes desafios, que serão cada vez maiores e mais disruptivos, comportam riscos. Há dois grandes desafios, a meu ver: o primeiro é a velocidade da transformação, que obriga as sociedades a uma resposta rápida e estruturada. O segundo é a diversidade da resposta dos diferentes países. Num mundo globalizado, se nós dermos uma resposta no Ocidente, mas se na China, Índia ou no Estados Unidos derem respostas diferentes, com uma outra visão e conceção metodológica, isso pode criar problemas sérios. Estamos a entrar num mundo fascinante e cheios de problemas, ao mesmo tempo e para o qual não temos respostas absolutas. Há que parar um pouco para pensarmos quais as consequências que têm e as formas como podemos lidar com essas consequências num mundo tecnológico cada vez mais rápido. São completamente diferentes, o tempo de resposta jurídica e de regulação e o tempo do avanço da tecnologia. Essa articulação de temporalidades diversas vai ser uma das grandes questões do futuro próximo.

Neste campo, não sente falta de participação cívica em Portugal sobre essas matérias?

Tento observar a discussão no resto do mundo e tenho de reconhecer que há uma diferença substantiva no plano da discussão sobre os modelos e questões éticas e de futuro lá fora, sendo esses temas mais tratados noutros países. Embora haja cada vez mais gente a participar, nota-se uma diferença substancial na consciencialização das sociedades para a discussão dos grandes temas.

Tem uma visão otimista da nova geração e da sua postura, por exemplo, na abordagem interventiva que têm feito no âmbito da luta contra as alterações climáticas?

Acho que sim, claramente. Embora me preocupe alguma visão meramente sectorial, esquecendo outras te-

máticas igualmente relevantes. Sendo um assunto sério, não é unívoco, tem várias respostas. E, sobretudo, tem implicações em várias áreas e domínios, o que não é de somenos. Ou seja, é preciso saber estabelecer compromissos. Penso que falta uma dimensão política e falta um sentido de compromisso. Noto um certo extremismo na linguagem dos mais novos, motivados por movimentos que usam a mesma linguagem, e estamos, mais uma vez, a falhar uma discussão mais racional, mais lúcida e mais profunda destas matérias. A forma como “deusificamos” algumas figuras ligadas a estes movimentos mais ativistas, e que é própria do nosso tempo e destes fluxos emocionais excessivos, acabam por nos impedir de fazer uma discussão mais profunda, tão necessária para definir respostas a problemas que são mundiais e não vivem isolados de outros. Mas há demasiado dogmatismo e fanatismos envolvidos, muitas vezes.

Há cada vez mais jovens que dizem que não se sentem representados pelos partidos políticos, que olhem para a dimensão política com desconfianças. Por outro lado, há esta lógica que tem a ver com “circo mediático” e com as próprias redes sociais. Como podem os partidos reverter esta situação?

Os grandes partidos em Portugal funcionam mal, não estão a discutir as grandes questões e há pouca discussão interna e com conteúdo, o que prejudica a sua entrada em diversas camadas de sociedade, seja as mais pragmáticas ou as mais jovens. Eu penso que os partidos não têm desempenhado bem o seu papel nos últimos anos, promovendo a discussão dos temas que verdadeiramente interessam, embora haja espaço para alguma discussão nomeadamente nas organizações das juventudes partidária. Por outro lado, organizações como a nossa têm um dever de contribuir mais para a criação de um espaço público que promova a discussão e que acolha as preocupações de todos.

O que é que acha que é o mais fundamental para o esforço da dimensão ética na vida pública: o papel individual de cada um com o papel da sociedade?

Claramente as duas coisas, igualmente importantes na conceção da sociedade. Não há ética sem compromissos individuais claros, mas o papel das organizações políticas e partidárias é importante também.

Considera que faz sentido pensarmos na necessidade de literacia na área da ética, da mesma forma que se fala na literacia financeira ou para os media?

Neste momento, não tenho conhecimento teórico dos currículos para dar uma resposta prática, mas do ponto



de vista teórico, a educação cívica, de cidadania, é muito importante e completamente imprescindível em democracia. E os conteúdos devem ser exigentes.

Em termos empresariais, como considera a ética no plano das organizações, em temas como a responsabilidade social?

Fulcral. As empresas têm respondido muito favoravelmente às questões sociais, percebendo que a sua orgânica deve funcionar para a comunidade e lembrando a todos que uma empresa é uma entidade importantíssima na sociedade – onde se inclui, além da criação de valor, a distribuição, de alguma forma, do seu investimento numa forte função social perante a comunidade em que está inserida. Retribuindo, em suma, aquilo que os vínculos que essa comunidade também cria com a empresa. Já não temos a visão das empresas completamente sozinhas no mundo, mas sim, uma abertura das mesmas à sociedade e, portanto, um compromisso entre as partes.

“O discurso político, hoje, é muito mais superficial, simplista, com uma exigência temporal extrema de atingir segmentos muito vastos da população. E isso leva a que haja, por vezes, uma certa desvalorização das matérias, com uma excessiva presença do marketing na política.”

Estudou Filosofia, esteve ligado à Política, áreas onde a Ética tem uma forte ligação e é objeto de estudo. O que retira dessas áreas e a sua ligação à Ética, o que o apasiona mais nessas matérias?

Quando, em Filosofia, falamos em Ética, há regras e valores éticos fundamentais. Lemos os clássicos e elas estão lá, lemos Kant e são as mesmas, nos filósofos contemporâneos também. O que os gregos refletiram, especialmente Aristóteles, na temática da ética, ainda é atual e está lá tudo: as grandes preocupações estão todas lá. Temos de conseguir adaptar, transformar a preocupação ética numa ação política, seja na sociedade ou numa empresa em geral. Entendo que estamos mais consciencializados para as questões éticas e por isso reagimos a violações dos

padrões éticos. Apesar de tudo, nota-se a evolução que se tem verificado nas sociedades ao colocar o tema no centro da discussão, algo que não acontecia e permite ter um sentimento positivo. Somos, hoje, mais sensíveis aos atentados à Ética porque temos, de facto, maiores preocupações éticas. Não sou pessimista desse ponto de vista, penso que há coisas que melhoraram muito. Sinto confiança no futuro, hoje a sociedade discute temas como a igualdade salarial entre homens e mulheres. Isso não acontecia, com esta dimensão há cinco anos, por exemplo, e estes temas são hoje temas centrais nas discussões e não marginalizados. Isso leva-me a ter uma visão confiante no futuro.



EMOÇÃO E RAZÃO EM TEMPOS DE INCERTEZA

O LUGAR DA ÉTICA NO SETOR SEGURADOR

CONFERÊNCIA ANUAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES: OS VALORES E PRINCÍPIOS ÉTICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA A RELAÇÃO DE CONFIANÇA QUE SE ESTABELECE ENTRE SEGURADORES E CLIENTES

O evento, sob o mote “*Emoção e Razão em Tempos de Incerteza – O Lugar da Ética no Setor Segurador*”, decorreu no Porto, no passado dia 3 de julho, e contou com a participação de personalidades de referência das áreas do conhecimento científico e social. Em debate estiveram as oportunidades e os desafios criados pela inteligência artificial e pelos avanços na área da saúde, que abrem caminho a um modelo de prestação de cuidados integrados centrado na pessoa.

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) organizou pela primeira vez no Porto a sua Conferência Anual, este ano dedicada ao tema “*Emoção e Razão em tempos de incerteza – O Lugar da Ética no setor segurador*”. O auditório da Fundação Dr. António Cupertino encheu-se para refletir sobre aqueles que são os dilemas éticos que hoje a sociedade, mas também o setor dos seguros, enfrentam – exponenciados pela velocidade dos avanços tecnológicos e científicos. Em cima da mesa estiveram temas como a emergência da inteligência artificial, a utilização e análise de dados em saúde, a boa utilização dos testes genéticos e a sua regulamentação.

Como lembrou, no seu discurso de boas-vindas, José Galamba de Oliveira, presidente da APS, estes desafios trazem uma complexidade acrescida ao setor segurador, uma indústria pioneira na adoção das novas tecnologias e na utilização da inteligência artificial – por exemplo, no suporte a tarefas cruciais como a avaliação do risco. Em momentos de maior incerteza e instabilidade, como aquele que hoje vivemos, no rescaldo de uma pandemia

global e com uma guerra a decorrer em território europeu e a braços com os múltiplos dilemas que as novas tecnologias levantam, há questões que merecem a reflexão das empresas de seguros: “Como encontrar um equilíbrio entre o direito do indivíduo à sua privacidade e as necessidades específicas do setor segurador? Quais as fronteiras? E que recursos e metodologias deverá o setor segurador adotar para que mantenha a confiança nos consumidores?”, questionou o presidente da APS.

E se a procura de respostas para estas interrogações é vital para reforçar o valor social do seguro, é igualmente fundamental garantir a boa aplicação das potencialidades promovidas atualmente pelo aparato e desenvolvimento tecnológicos: “Face à evolução que tem caracterizado o nosso setor, não agarrar a oportunidade que estas novas tecnologias disponibilizam é colocar em risco a própria evolução, essencial para o desenvolvimento desta indústria. Mas esta inovação tem de assentar em códigos e valores éticos”, reforçou José Galamba de Oliveira, perante os convidados e Associados, presentes na plateia.



José Galamba de Oliveira
O presidente da APS, deu as boas-vindas ao setor segurador no Porto



Francisco Assis
presidente do CES, fez, na sessão de abertura, uma defesa da ética como imperativo social e económico.

A confiança na base da democracia e da atividade seguradora

Sendo a reflexão ética – e as interrogações que dela emergem – uma característica permanente nas sociedades e um legado histórico desde os tempos da Grécia Antiga, a conferência iniciou-se com a análise da complexidade do atual contexto político e social, marcado pela polarização dos discursos, pela emergência de extremismos, das novas tecnologias e avanços científicos. Na sessão de abertura da Conferência Anual da APS, na intervenção que intitulou de “*Ética, um imperativo político, económico e social*”, Francisco Assis, Presidente do Conselho Económico e Social, formado em filosofia, lembrou que a democracia Grega durou apenas 200 anos, para logo depois afirmar que, apesar disso, não está “excessivamente preocupado” quanto à (in)capacidade do atual sistema democrático vingar e perdurar: “Não há democracia se não houver capacidade de estabelecer pactos. Um democrata tem de fazer pactos. Acredito que temos essa capacidade e, por isso, a democracia pode e deve resistir. Vivemos numa sociedade

demoliberal que acolhe e consagra o pluralismo axiológico e ético – não temos necessariamente de nos reger pelos mesmos princípios e valores”, apontou.

Como frisou, “o sistema político atual contribui para a existência de uma sociedade pluri-ética, isto é, onde diferentes comportamentos éticos tidos como possíveis contribuem para uma falha na definição da própria ética enquanto valor de confiança, ainda que exista um claro consenso sobre o que é a ética aplicada ao modelo da democracia. Existe, assim, a necessidade imediata de reconhecer as potencialidades que a tecnologia permite e providência aos diferentes setores da sociedade. A importância da confiança/ética e a boa utilização da inovação para uma melhoria das condições económicas e sociais é premissa para o futuro.” E referiu: “A atividade seguradora assenta no princípio da confiança – e essa confiança já é ética.”

Reforçando que o funcionamento de uma democracia liberal depende de “um ponto fundamental, a confiança (‘só existe se houver confiança [dos cidadãos] uns nos outros e nas instituições”, referiu também que em tempos de maior incerteza é normal que esta seja mais residual: “A incerteza gera ansiedade, individual e coletiva”. É por isso que “a razão tem de prevalecer”, sobretudo num mundo em que o seu exercício é, cada vez mais, desafiado pela inovação. “Este é um tempo extraordinário. Antes, a inovação era relativamente lenta, havia a perspetiva de tempo e distanciamento. Hoje, temos uma aceleração extraordinária do desenvolvimento científico do domínio tecnológico. Como é que nós construímos as respostas neste domínio aos dilemas que nos confrontam é a questão central”, especificou.

O “verão” da inteligência artificial

Esta é, aliás, uma discussão que há já muito tempo move as comunidades filosófica e científica, como fez questão de lembrar, na sessão posterior, o keynote speaker Arlindo Oliveira, Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico e Presidente do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores. Analisando “Os dilemas éticos da inteligência artificial”, o especialista recuou até 1642, quando o filósofo Thomas Hobbes deixou escrita aquela que seria uma das primeiras referências a uma forma de inteligência artificial: o autor de *Leviatã* aventou, nessa altura, que um dia seria possível autonomizar o pensamento humano (através de operações de soma, subtração, multiplicação e divisão), uma previsão que se cumpriria apenas no século XX.

O desenvolvimento da inteligência artificial tem, pois, uma história de 75 anos, com ponto de partida nos extraordinários feitos do matemático britânico Alan Turing e muitos avanços e recuos pelo meio. Se é certo que houve, pelo menos, “longos invernos” de inatividade, hoje “estamos no verão da inteligência artificial, com um entusiasmo que não tem precedentes e uma gama de aplicações também sem precedentes” e que “nos estão a permitir conseguir resolver problemas simples e a dominar tecnologias como o reconhecimento facial ou conversar em língua natural com um robô, como acontece com o ChatGPT”. Aplicações estas exponenciadas pelo desenvolvimento de sistemas de deep learning, que “ensinam” as máquinas a processarem dados de uma forma que é inspirada pelo próprio cérebro humano e que estão a conseguir resolver necessidades específicas de muitos setores de atividade, incluindo o segurador. “O negócio segurador depende das capacidades analíticas, da análise do risco. Colectar dados dos utilizadores e transformá-los em modelos de criação de valor económico”, referiu Arlindo Oliveira.



O Professor Catedrático **Arlindo Oliveira** analisou os dilemas éticos da inteligência artificial, um tema que foi também analisado pelo debate que se seguiu, moderado por **Júlio Machado Vaz** e com participação de **António Maia Gonçalves, Helena Pereira de Melo, Maria João Sales Luís e Ricardo Baptista Leite**



A bioeticista **Ana Sofia Carvalho** foi um dos keynote speakers da conferência

Naturalmente, as oportunidades abertas pelas novas “mentes digitais” fazem soar inéditos alertas, com o orador a exemplificar “a excessiva customização dos conteúdos, que faz com que as pessoas tenham visões radicalmente opostas do mundo”, o que, conjugado com o tema da desinformação, pode derivar em “ameaças graves à democracia”. A emergência de sistemas inteligentes, notou, poderá vir, também, a eliminar muitos milhares milhões de empregos, mas, “a verdade é que, até agora, o desenvolvimento tecnológico tem levado à criação de melhores empregos”. Da mesma forma, apontou para a capacidade de a inteligência artificial vir a cavar ainda mais as desigualdades e o exercício de poder de determinadas pessoas e organizações: “As maiores empresas de tecnologia atuais empregam muito menos pessoas do que há 30 anos e vemos a concentração de poder nas mãos de cada vez menos pessoas”, referiu.

Um novo paradigma nos cuidados de saúde

A emergência da inteligência artificial implica, por isso, um sentido de ética firme por parte das organizações – que devem ser “justas”, defendeu Ana Sofia Carvalho, Professora Catedrática Convidada de Bioética do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, na sua intervenção que versou sobre “Os desafios éticos dos cuidados de saúde centrados na pessoa”. Se, naturalmente, deve prevalecer uma lógica utilitarista (no sentido de procurarem ser eficientes e impactar um maior número de pessoas/consumidores) e uma vertente deontológica (com a existência de códigos

gos e regras de atuação), “em tempos de incerteza, não há outra forma de agirmos que não possa não considerar igualmente uma lógica de ética das virtudes, ou seja, um conjunto de valores que nos permitem agir ética e corretamente na altura devida”.

A bioeticista defendeu que serão “as pessoas virtuosas aquelas que sobreviverão no futuro”, apoiando-se num estudo da consultora McKinsey para referir aquelas que serão as competências do futuro: a integridade, a empatia, a humildade e a honestidade.

Será, por isso, o equilíbrio entre as potencialidades tecnológicas deste advento e a necessidade de se reforçar aquilo que são as qualidades humanas que permitirá olhar para a área da saúde com novos olhos – inaugurando uma lógica mais centrada na pessoa e não na doença, em que o doente é acompanhado por uma equipa médica multidisciplinar. Este modelo de “medicina de precisão” ou “personalizada” implicará uma mudança de perspetiva tanto dos profissionais de saúde, como da própria atividade seguradora, enquanto obrigará a que se abra uma maior discussão à volta de temas como a utilização de dados genéticos pelas companhias de seguros – algo que, aos dias de hoje, já é regulado. Simultaneamente, a especialista defendeu o reforço do investimento em literacia de seguros, apontado para modelos como os que vigoram nos Países Baixos ou em Israel, “em que o Estado permite consultoria à pessoa, para que perceba que seguros é que verdadeiramente necessita”.

A ética no centro da discussão e dos seguros

O programa da conferência da APS contou ainda com uma mesa de debate, moderada pelo psiquiatra Júlio Machado Vaz, em que os oradores evidenciaram que ainda há mais interrogações do que respostas – sobretudo no que diz respeito às potencialidades da tecnologia aplicada à medicina. Entre outros temas abordados, António Maia Gonçalves, Diretor Médico da Unilabs, médico intensivista e doutorado em Bioética; Helena Pereira de Melo, Professora de Direito da Saúde e de Bioética na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; Maria João Sales Luís, Administradora da Multicare e Presidente da Comissão Técnica Saúde da APS; e o médico Ricardo Baptista Leite, CEO na I-DAIR – The International Digital Health and AI Research Collaborative, destacaram a centralidade do fator humano na prestação de cuidados médicos, apoiada pela inteligência artificial e a necessidade de regulação da aplicação das novas tecnologias, por forma a evitar a discriminação digital no acesso aos cuidados de saúde.

Ricardo Baptista Leite defendeu que as novas tecnologias aplicadas à saúde permitem “libertar os médicos para aquilo que foram perdendo: tempo de qualidade com os doentes”. Mas, para que tal aconteça, será necessário, antes de mais, questionar o papel do próprio Sistema Nacional de Saúde: “Temos um sistema nacional de doença, que gera cada vez mais doença, num ambiente de envelhecimento brutal. 10% da doença é aquilo que os médicos veem; 30% é genómico; 60% é determinado pelos aspetos sociais. Basta uma viagem de 15 minutos, dentro do Porto, para termos uma diferença da esperança média de vida de 20 anos entre as populações. A desigualdade cria doença”, realçou o médico. E sublinhou: “A inteligência artificial pode ajudar a identificar estes aspetos e a determinar o que é necessário para reduzir a carga da doença. Pode ajudar a garantir à sociedade maior bem-estar, libertando recursos para aqueles que verdadeiramente têm doenças graves e necessitam de cuidados de saúde”.

Já Helena Pereira de Melo, na sua qualidade de jurista, veio sublinhar a importância de se garantir que os atuais avanços científicos não criam desigualdades e discriminações no acesso aos cuidados de saúde. Sendo a constituição genética “uma característica involuntária, uma lotaria” e praticamente imutável desde o nascimento até à morte do indivíduo, é importante garantir que a informação genética que hoje é possível coligir seja eticamente utilizada – inclusivamente, pelas empresas seguradoras. “Uma das maiores formas de discriminação do século XXI poderá ser discriminação genética. Muitos de nós poderemos vir a ser discriminados em razão do facto de termos predisposição de manifestação de doença ou deficiência”, afirmou. Da mesma forma, alertou para a necessidade de, nesta era da saúde digital, garantir níveis relevantes de literacia digital às populações, por forma a assegurar que todos têm o mesmo acesso a um modelo de cuidados de saúde cada vez mais dependente de algoritmos e dados. “Sobretudo, garantir dignidade e respeito pela pessoa humana, e assegurar que todas estas técnicas avançadas que, hoje, nos permitem viver mais e melhor sejam utilizadas de forma equitativa, respeitando os direitos de todos e sem que ninguém seja esquecido”.

Neste contexto, o médico intensivista e doutorado em Bioética, António Maia Gonçalves, alertou para a necessidade de se redesenhar um novo sistema de saúde, lembrando que, com o envelhecimento acelerado das populações, “os sistemas nacionais de saúde europeus tenderão a decair e a terminar”, pelo que é necessário encontrar novos modelos de cuidado de saúde em parceria entre o público e o privado. “A Saúde é hoje um direito adquirido. Mas, naturalmente, o sistema tem de ser sustentável e as seguradoras têm sido muito relevantes nisso”, frisou, para apontar áreas em que, apesar de tudo, será necessário encontrar maior equilíbrio



entre os interesses dos doentes e a lógica da atividade seguradora – quando a perspectiva é que, a atual geração com 40 anos, viva até aos 85 e 90 anos e possa vir a ter, ao longo da sua vida, duas vezes cancro. Garantir o acompanhamento dos doentes ao longo da vida e reforçar a qualidade da gestão dos processos clínicos será fundamental para dar resposta às necessidades dos pacientes.

Do lado do setor, Maria João Sales Luís frisou que o setor segurador tem acompanhado, desde sempre, as discussões e a regulação que tem emergido à boleia dos avanços científicos e tecnológicos, reiterando a necessidade – e a obrigação – das seguradoras em trabalharem em prol de maiores níveis de literacia em seguros e, ao mesmo tempo, terem a capacidade de dar a conhecer as especificidades de uma atividade bastante exigente e regulada – e à qual, por exemplo, é desde sempre vedada a utilização de dados genéticos, por forma a garantir a equidade no acesso ao seguro de saúde ou de vida. “O sistema de seguros é um sistema de mutualização, de confiança, de boa-fé. Nós somos os gestores do dinheiro que os clientes nos entregam e que, depois, devolvemos à comunidade de segurados. Temos de gerir esse dinheiro com máxima lisura”, referiu.

O discurso de encerramento da Conferência da APS coube à vereadora da Câmara Municipal do Porto, Catarina Araújo, com o pelouro da Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto e o pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil: “A sociedade é, hoje, bastante exigente para com as empresas, penalizando as organizações que não cumpram princípios éticos e sociais. O mercado tenta favorecer produtos, serviços e marcas que incorporem valores associados à dignidade humana, à responsabilidade social, à sustentabilidade ambiental, à igualdade de género e ao respeito pelas minorias. O que significa que a competitividade passa pelo cumprimento de princípios éticos e sociais. Quando uma empresa se preocupa com a comunidade, respeitando a sua mundividência e os seus valores vê recompensado esse comportamento para com os stakeholders”, referiu.

CONSELHO GERAL DE ASSOCIADOS: OS GRANDES DESAFIOS DO SETOR SEGURADOR NA NOVA ERA DIGITAL

O Conselho Geral de Associados da Associação Portuguesa de Seguradores, que decorreu no passado mês de maio, centrou-se nas grandes alterações de paradigmas que estamos a assistir na sociedade, tendo como pano de fundo a revolução digital que estamos a atravessar e os grandes desafios de segurança cibernética que as seguradoras terão de enfrentar no futuro imediato para continuar a cumprir a sua missão: proteger a sociedade.

Decorreu no passado dia 16 de maio, no auditório da sede da Associação Portuguesa de Seguradores, em Lisboa, o primeiro Conselho Geral de Associados (CGA) da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) de 2023. Os trabalhos abriram com a habitual mensagem de boas-vindas do Presidente da APS, José Galamba de Oliveira, que, em seguida, fez um breve balanço da atividade do setor no primeiro trimestre deste ano.

Na sua intervenção, o líder da APS divulgou a constituição do novo Fórum Social da APS – já a operar com o contributo de várias companhias associadas –, um órgão não estatutário, mas que se apresenta como um importante veículo para o setor e as suas empresas refletirem sobre questões com impacto social, encontrarem soluções para melhorarem as suas políticas de ESG (sigla em inglês para Environment, Social and Governance) e, ainda, uma ferramenta eficiente para o setor comunicar mais e melhor e aprimorar o seu nível de reconhecimento e reputação. O Presidente da APS anunciou ainda a próxima conferência anual da APS, a realizar no próximo dia 3 de julho na Fundação António Cupertino de Miranda, no Porto, sujeita ao tema “*Emoção e Razão Em Tempos de Incerteza – o lugar da ética no setor segurador*”.

O primeiro momento do programa de trabalhos do CGA foi dedicado a uma apresentação do Sistema de Informações de Segurança (SIS), dedicado ao “*Programa de Proteção do Conhecimento do Serviço de Informações de Segurança*”, que se insere na missão preventiva do SIS de detetar e antecipar ameaças em território nacional. Segundo o mesmo, as organizações nacionais ao reforçarem as suas medidas de segurança e ao elevarem a sua cultura de segurança criam um ambiente hostil a interesses contrários aos nacionais e agilizam melhor os

seus sensores para detetar e obstaculizar incidentes e quebras de segurança.

Na ação de sensibilização do SIS realizada no CGA da APS foi contextualizada a realidade nacional relativamente a questões de segurança e das ameaças em território nacional na perspectiva do SIS. Foram identificados métodos de atuação hostis para comprometer informação sensível, tendo sido partilhados casos concretos e recentes que visaram entidades nacionais. No decorrer destes casos foram analisadas as medidas de segurança física, digital, organizacional e comportamental que foram descuradas e comprometidas.

O programa de trabalhos deste conselho de associados encerrou com uma breve intervenção de Martin Kreuzer, Senior Risk Manager Cyber Risks da Munich RE, subordinada ao tema “*Segurança e Ciber Risco – Perspetiva de um Ressegurador*”. Para o especialista, os riscos cibernéticos de todo o ecossistema das seguradoras subiram exponencialmente nos últimos anos, como consequência da rápida e impactante evolução tecnológica a que temos assistido nos últimos anos.

Para Martin Kreuzer, fatores como a cada vez maior conectividade, a multiplicação de dispositivos e aplicações, os API (Interface de Programação de Aplicações) ou a proliferação do metaverso potenciaram e alargaram consideravelmente a exposição ao risco das seguradoras e segurados, dando como prova disso mesmo um dado esclarecedor: em 2023, prevê-se que o custo global estimado provocado pelo cibercrime se situe em 11 biliões de dólares (trillions no sistema de numeração decimal anglo-saxónico), sendo que para o ano de 2027 o valor estimado ascenderá a 23,8 biliões de dólares.

Steven S. Gouveia

Doutorado em Neurofilosofia da Mente, investigador do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto



“PODEMOS ESTAR PERANTE A ÚLTIMA CRIAÇÃO DO SER HUMANO”

É uma realidade inegável e está à vista de todos: a revolução digital entrou numa nova fase e a Inteligência Artificial (IA) veio para ficar. Com este poderoso avanço tecnológico, muitas são as questões e dilemas de natureza Ética que se colocam e que são determinantes para perceber o real alcance da IA no futuro e nas nossas vidas. Steven S. Gouveia, filósofo português, doutorado em Neurofilosofia da Mente, tem-se dedicado a refletir e a escrever sobre o tema, sendo o título do seu livro mais recente *“Thinking the New World: Conversations on Artificial Intelligence”*. Atualmente investigador do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Steven S. Gouveia lidera um projeto de seis anos sobre a Ética da Inteligência Artificial em medicina, em parceria com as Universidades de Yale, Helsínquia e Exeter. “Estamos perante uma fase da Humanidade que requer o máximo de esforço e ‘expertise’ ética para considerar todas as potenciais implicações em desenvolver este tipo de tecnologias altamente complexas que podem revolucionar todos os aspetos do que significa Ser Humano”, afirma. A regulação é, pois, fundamental.

Vivemos tempos de fulgurante progresso tecnológico e digital, que está a desvendar novas avenidas do conhecimento, ainda que não saibamos bem até onde nos podem levar. Como estudioso destas matérias, que convocam a uma reflexão mais filosófica, como analisa o momento que vivemos?

Penso que vivemos em tempos filosoficamente extraordinários. Sendo doutorado em Filosofia, há sempre um debate sobre a inutilidade desta profissão quando confessamos aos nossos entes queridos a decisão de dedicar uma vida à área mais antiga do conhecimento humano. Ouvimos os conselhos sábios dos nossos pais e amigos para decidir estudar outro assunto, um assunto mais ‘prático’, mais simples, que possa realmente ter utilidade e garantir um salário estável. Ora, contrariamente a esse conselho amável de preocupação, de facto, estamos a começar a entrar a todo o vapor na *“Idade da Inteligência Artificial”*, como indica o título do livro que editei em 2019, que conta com a participação de alguns dos maiores especialistas em inteligência artificial do mundo – como Ben Goertzel, o criador do Robot Sofia, Daniel Dennett, um dos filósofos mais

influentes do mundo, entre muitos outros. Por isso mesmo, a área da Filosofia que lida com os problemas levantados por essa nova era está cheia de trabalho de investigação a ser realizado, dada a proliferação imensa de várias tecnologias em vários setores da sociedade. Dito isto, é preciso considerar que estamos perante uma tecnologia que poderá ser diferente de todas as outras na história da Humanidade: podemos estar perante a última criação do ser humano, dado que, pelo menos em teoria, estamos perante a possibilidade de criar uma inteligência artificial que poderá multiplicar a sua inteligência exponencialmente com total autonomia. Tal cenário poderá ser um grande risco existencial, dado que essa super-inteligência poderá olhar para nós, seres humanos, como nós olhamos para as formigas: como meros seres, mais ou menos desprezíveis, sem relevância moral alguma. Por isso mesmo, estamos perante uma fase da humanidade que requer o máximo de esforço e expertise ética para considerar todas as potenciais implicações em desenvolver este tipo de tecnologias altamente complexas que podem revolucionar todos os aspetos do que significa Ser Humano.

As gerações contemporâneas cresceram com livros, filmes ou outros formatos artísticos que, na área da ficção científica, imaginaram cenários que se assemelham, em maior ou menor medida, aos tempos que vivemos, refletindo sobre conceitos que hoje são realidades, como por exemplo a Inteligência Artificial (IA) ou a Robótica. O futuro traz consigo imensas incógnitas. Devemos estar otimistas ou mais apreensivos? As máquinas vão controlar os humanos?

A resposta honesta é dizer que tudo dependerá de nós, humanos. É verdade que a cultura pop tem influenciado de diversas formas o olhar filosófico da população sobre diversos temas, desde os apocalipses zombies à IA. O importante é aprendermos com os erros do passado – o que olhando para a história da Humanidade, é algo difícil de acontecer – e não repetirmos os processos relacionados com os casos da genética humana ou a energia bélica nuclear. O que aconteceu, nestes dois casos, foi ter havido o desenvolvimento da tecnologia numa primeira instância e, só depois, se ter começado a pensar eticamente as variadas implicações da tecnologia. Ora, tal revela um viés falacioso contra o qual é preciso lutar com todas as nossas forças: o viés de colocar o desenvolvimento tecnológico em primeiro lugar e, só numa segunda instância, considerar a ética dessa tecnologia. Tal passa principalmente pelo papel dos governos darem

“[Existe] um viés falacioso contra o qual é preciso lutar com todas as nossas forças: o viés de colocar o desenvolvimento tecnológico em primeiro lugar e, só numa segunda instância, considerar a ética dessa tecnologia. Tal passa principalmente pelo papel dos governos darem a relevância necessária à Ética e à expertise ética, naturalmente fornecida por eticistas e filósofos morais especializados.”



fez nada de concreto no mundo, dado a proliferação tão excessiva de várias tecnologias que são referidas como IA, absolutamente dissemelhantes entre si. A melhor resposta a uma pergunta desta natureza é especificar em particular uma tecnologia e analisar as suas várias implicações. Por exemplo, desde maio de 2023 lidero um projeto de investigação de seis anos no Instituto de Filosofia da Universidade do Porto (com parceria com as Universidades de Yale, Helsínquia e Exeter) sobre a Ética da Inteligência Artificial na Medicina. O objetivo do projeto é compreender de que forma podemos desenvolver várias tecnologias médicas, sem que tal possa colocar em causa os princípios basilares da Medicina, como o Princípio da Confiança.

Como assim?

A influência da Inteligência Artificial na Medicina está a evoluir rapidamente na sociedade atual, baseada no pressuposto básico por trás dessa(s) tecnologia(s) produzirem práticas de saúde mais confiáveis, precisas, económicas e eficientes do que a chamada ‘Medicina Tradicional’, baseada no ‘mero’ raciocínio humano. O caminho alternativo é, então, a criação de algoritmos de diversas naturezas que irão auxiliar parcial ou totalmente os processos de tomada de decisão em contextos médicos. Contudo, é muito importante notar que a maioria dessas tecnologias são baseadas em diferentes tipos de dados e conteúdos complexos e multifacetados e que, por causa disso, a maioria desses sistemas de IA são puras “caixas negras” (black boxes): o especialista de saúde será capaz de entender as informações de entrada (*inputs*) do sistema e, depois, as informações de saída (*outputs*); porém, nunca terá acesso ao que acontece dentro do sistema. Assim, poderemos compreender os *inputs* e *outputs* de um determinado sistema, mas não conseguiremos explicar, do ponto de vista humano, por que um *input* específico está relacionado com um *output* específico e vice-versa, criando, deste modo, um processo opaco e obscuro em termos de explicação e compreensão. Ora, tal cenário levanta um problema ético enorme: por um lado, os mé-

a relevância necessária à Ética e à expertise ética, naturalmente fornecida por eticistas e filósofos morais especializados. Diferente desta expertise é a situação com que lidamos atualmente, em que a Ética é reduzida a meros pseudo-regulamentos internos, em que as comissões de ética de várias instâncias, como hospitais, tribunais, universidades, etc., são constituídas por várias profissões, como médicos, juristas, sociólogos, políticos, entre muitas outras, menos a profissão e *expertise* que está literalmente na sua denominação: Ética. É muito raro, se não impossível, encontrar eticistas – pessoas formadas nessa área do saber filosófico – nas comissões de ética, o que já diz muito sobre o quão pouco preparada está a sociedade para lidar com os problemas ligados à IA. Penso ser absolutamente determinante corrigir esta situação se queremos evitar a tal repetição falaciosa da história.

Conceitos como a IA já são realidades que vieram para ficar. Como fica e que papel assume o chamado elemento humano tendo em conta todas estas evoluções tecnológicas e digitais?

O conceito de IA é, atualmente, um conceito que não re-

dicos e especialistas de saúde terão a obrigação moral de confiar num sistema médico que é mais eficaz que eles próprios, embora não tenham qualquer compreensão do processo de decisão; e por outro, os pacientes terão de confiar num especialista médico que não nos pode oferecer uma explicação sobre o diagnóstico ou tratamento específico indicado pelo sistema de IA, que é uma “caixa negra”. Para resolver este problema será preciso analisar as várias respostas possíveis que podem ser oferecidas: i) banir, simplesmente, qualquer sistema médico que tenha como base uma IA; ii) aceitar os benefícios da Medicina IA ignorando os seus malefícios; iii) desenvolver uma Inteligência Artificial Explicativa de segunda ordem que possa ser aplicada à IA e que possa trazer a compreensão que está em falta. Todas estas soluções têm problemas e vantagens e apenas uma reflexão ética profunda poderá compreender ao detalhe quais são os padrões éticos necessários para o desenvolvimento e uso destas tecnologias aplicadas à saúde, algo que espero desenvolver nos próximos anos. Convido desde já todos os leitores a aceder às várias atividades do projeto [nowebite](https://trustaimedicine.weebly.com/) <https://trustaimedicine.weebly.com/>

A IA pode ser tendenciosa? Legitimando, reproduzindo ou ampliando desigualdades ou preconceitos que já existem na sociedade? O que mostram outras revoluções tecnológicas históricas?

Já temos várias evidências que a IA pode, muitas vezes, desenvolver vieses racistas ou sexistas em diversas tecnologias. Por exemplo, um estudo que implementou uma tecnologia de machine learning para detetar cancro de pele usou 95% de dados



“Já temos várias evidências que a IA pode, muitas vezes, desenvolver vieses racistas ou sexistas em diversas tecnologias.”

de pacientes de pele branca para criar o seu modelo, o que levou a um viés estrutural contra pacientes de pele escura (cf. Zou, J. & Schiebinger, L. (2018) “AI can be sexist and racist - it’s time to make it fair”, Nature, 559 (7714): 324-326.). O grande problema aqui é que a grande vantagem desta tecnologia – o facto de considerar processar milhões de dados sobre determinado assunto em questões de minutos ou segundos – é também o seu grande calcanhar de Aquiles ético. Porquê? Porque, por um lado, o mais realista são os dados, o mais realista será o algoritmo; contudo, o outro lado da moeda é que se a realidade produz os vieses racistas e sexistas que são uma realidade na nossa sociedade humana, então esses mesmos dados terão vieses e inclinações racistas e sexistas que serão altamente imorais se não forem corrigidos. O problema é que, novamente, esta tecnologia tem uma estrutura *black-box*, o que significa que é impossível identificar empiricamente um determinado dado e corrigi-lo. Há, contudo, vários mecanismos que podemos usar para tentar proceder a este tipo de correções: por exemplo, criar princípios éticos relacionados com a aquisição de dados, em que se exige que as bases de dados na sociedade sejam o mais diversificadas possível, mesmo que tal possa levar a um sistema um pouco menos eficaz do que poderia sê-lo em teoria.



Como responsabilizar algoritmos de IA por decisões erradas ou injustas? A nível ético, quais são os grandes desafios nestas áreas? No futuro, haverá alguma forma de implementar código de conduta ético-deontológica específica para a IA, de forma a garantir que seja desenvolvida e usada de forma responsável?

No meu livro *Homo "Ignarus"*, com prefácio de Peter Singer (2020, Minerva Editora), abordo a questão da responsabilidade na Inteligência Artificial. Tradicionalmente, a relação entre o artificial e o humano é fácil de ser caracterizada em termos normativos. Veja-se, por exemplo, um trabalhador de uma fábrica automóvel que opera uma máquina particular. O trabalhador é responsabilizado por qualquer consequência da operacionalização da máquina. Caso o trabalhador seja negligente e cause algum acidente, a pessoa, e somente a pessoa, será responsabilizada pelas consequências dessa negligência. Seria absurdo alguém considerar que a própria máquina deva ser, de algum modo, responsabilizada pelo ato. No máximo, caso haja um defeito da máquina, a responsabilidade pelas consequências da aplicação dessa máquina passa do operador para o seu fabricante. Assim, a ideia é que a moralidade é baseada num princípio em que algo é responsável – este algo pode ser

qualquer entidade ou agente – se, e só se, possuir alguma propriedade mental como a consciência ou livre-arbítrio, que só os seres humanos têm e que a tecnologia parece não ter. No entanto, muitas tecnologias atuais já desenvolveram níveis de autonomia total com implicações para a realidade humana.

Que exemplos?

Por exemplo, os carros autónomos, que podem autonomamente conduzir-nos de um ponto A ao ponto de B. A máquina já não opera sob a égide de um agente humano, mas é capaz de decidir partes ou a totalidade de um curso de ação sem qualquer intervenção humana. Versões ainda mais avançadas podem começar por uma lista de regras fixada por programador, mas não ficar por aí: o algoritmo pode aprender com as suas operações e mudar as próprias regras (o que chamamos de machine learning). Ora, o ponto que devemos considerar é que a tese convencional de atribuição de responsabilidade não parece ser compatível com os avanços da tecnologia e o nosso sentido de justiça, e é exatamente isto a que chamamos de Lacuna de Responsabilidade. O que acabo por defender no meu livro é a ideia de recusar as abordagens éticas minimalistas baseadas no agente moral individual e consciente, dado que já não fazemos sentido para pensar uma tecnologia que resulta de inúmeras interações entre muitos atores, que incluem os designers, programadores, utilizadores, software e hardware, redes, empresas, Estados, entre outros. Pelo contrário, devemos considerar uma abordagem de Responsabilidade Distribuída, que pode acomodar esta multiplicidade de agentes: é por isso que o conceito de Moralidade Distribuída é útil para a discussão do impacto das novas tecnologias da Inteligência Artificial, e é neste pressuposto que desenvolvo a minha solução ética para lidar com o problema da responsabilidade no meu livro "Homo Ignarus".

Muito recentemente, foi publicada uma carta aberta na qual se alerta para os riscos do uso acelerado da Inteligência Artificial (IA) e se admite que a corrida pelo desenvolvimento destes softwares está fora de controlo. Elon Musk, um dos principais instigadores do desenvolvimento acelerado da IA, é um dos subscritores. Eticamente, que responsabilidades podem/devem ser imputadas a estes 'empreendedores visionários' que estão a contribuir para uma tecnologia cujo impacto final é completamente desconhecido?

Acho que foi um exemplo interessante do quão a cultura pop influencia esta área: somos altamente influenciados por alguma cultura pop, como os filmes de Hollywood, em relação a esse assunto. Não estamos perto de ter uma tecnologia que pensa de forma independente. O caso do ChatGPT é claro: parece ser bom a pensar, mas quando começamos a fazer perguntas inteligentes, vemos que tal é apenas uma ilusão. Outro grande problema ligado a esta questão é que ainda não temos a menor ideia do que significa "Inteligência Humana": não há consenso científico ou filosófico sobre como definir esse conceito. Se não tivermos isso, é muito difícil usar a inteligência humana como medida para a inteligência da IA. Na minha opinião, para ter um sistema inteligente, será necessário desenvolver um sistema corpóreo, com um corpo completo, e garantir que esse corpo possa interagir com o ambiente e outras pessoas como os seres humanos interagem. Sem isso, penso que será muito difícil produzir inteligência real.

E como analisa as preocupações éticas relacionadas com o uso da IA em contexto militar e de defesa e segurança nacional? Como se pode garantir que este tipo de tecnologias usada de forma responsável nestas áreas tão sensíveis?

Não sou especialista neste tema em específico da Ética da IA. O que sabemos é que os cenários de guerra estão a mudar drasticamente com mais e mais utilização de tecnologia de guerra com capacidade de decisão autónoma. A seu favor, é argumentado que estas armas são mais eficazes e cometem menos erros que um operador humano dado que não tem medos, receios, nem vieses do tipo que os humanos possuem. Contudo, temos já dados suficientes para avaliar a suposta eficácia destes drones: um estudo recente indicava que embora oito inimigos fossem o alvo direto de um drone, mais de 1.600 pessoas acabaram por falecer por danos colaterais. Ora, a suposta eficácia parece-me estar em causa neste cenário (dados apresentados no meu livro de 2019 "*Reflexões Filosóficas: Arte, Mente e Justiça*"). Sobre este assunto, destaco o documentário internacional em

que tive o prazer de ser host, onde entrevistei vários especialistas mundiais sobre diversos temas ligados a esta área, intitulado "*The Age of Artificial Intelligence: the Documentary*" (disponível gratuitamente no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=zMrt6ALaio0>).

O Homem e a Máquina serão sempre dois polos inconciliáveis?

Novamente, essa resposta vai depender da tecnologia específica que estamos a abordar. No caso da utilização da IA na Medicina, acho que a melhor opção é o acordo de coexistência, à semelhança do que acontece com o Xadrez actual. Sabemos que o melhor jogador de xadrez humano contra o melhor *software* de xadrez artificial perderá facilmente. Mas a combinação de xadrez humano com o artificial pode vencer o xadrez artificial numa partida. Em outras áreas, acho que uma visão de substituição é provavelmente a mais interessante para libertar a humanidade de trabalhos chatos e aborrecidos que impedem o ser humano de ser ele mesmo, de ser um poeta à solta, como dizia Agostinho da Silva. Existem três formas específicas de considerar esta relação entre humanos e tecnologia: a primeira é considerá-la *in the loop*, onde o agente humano está a decidir ativamente sobre a decisão da tecnologia; uma segunda forma é ter uma estrutura *on the loop*, onde a IA pode tomar a decisão sozinha, mas tem um ser humano que supervisiona essa decisão e que tem sempre a última palavra; por fim, existe uma opção *out of the loop*, onde os humanos não têm nada a dizer sobre a decisão da IA. Acho que a maioria das decisões sobre a coexistência da tecnologia terão de cair nas duas primeiras categorias, e não na terceira.

Novas tecnologias implicam enormes recolhas de grandes quantidades de dados pessoais para tomar decisões, algo que levanta uma série de questões e preocupações relacionadas com a privacidade dos cidadãos. Como analisa esta questão?

Os usos de dados pessoais pelas novas tecnologias levantam questões e preocupações importantes em relação à privacidade, sendo que é necessário cumprir com os regulamentos atuais ou a desenvolver no futuro, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia. É necessário também haver um maior controlo sobre a transparência do consentimento informado que, muitas vezes, não é tido com a seriedade que este deveria requerer – o caso das redes sociais é um exemplo claro disso, onde a maior parte das pessoas nem imagina que os seus dados pessoais estão a ser usados e vendidos a empresas. Deve haver também uma clara es-

pecificação de determinado uso dos dados pessoais: estes devem ser utilizados para o propósito indicado e não ter uma múltipla utilização. É também importante desenvolver tecnologia que possa garantir uma maior anonimização dos dados, através de técnicas de desidentificação de vários tipos que garantem a segurança dos dados contextuais e se focam apenas no dado absolutamente relevante para determinado serviço. Em suma, é preciso que a ideia de transparência e justiça esteja sempre presente em cada passo da estrutura tecnológica, seja na aquisição dos dados, na sua utilização ou processamento. Tal implica uma ‘atitude’ ética de todos os atores desta rede multifacetada, incluindo um papel ativo do Estado como regulador.

Qual a sua opinião com as preocupações relacionadas com esta evolução para um novo patamar da automação de empregos e outras questões sociais relacionadas ao uso da IA? Como é possível equilibrar o desenvolvimento de tecnologias que aumentam a eficiência com o impacto social potencial sobre as pessoas que podem ser afetadas negativamente pela automação/mecanização?

Penso que o problema mais grave da automação é a criação de níveis de desemprego históricos e incorrigíveis, no sentido de que a criação de novos empregos que possam surgir poderá não chegar para colmatar a criação do desemprego em massa. Ao contrário de outros períodos da história, estamos perante um desemprego que será massivo e que afetará milhões e milhões de pessoas. Porquê? Porque a tecnologia torna as despesas

“É preciso que a ideia de transparência e justiça esteja sempre presente em cada passo da estrutura tecnológica, seja na aquisição dos dados, na sua utilização ou processamento. Tal implica uma ‘atitude’ ética de todos os atores desta rede multifacetada, incluindo um papel ativo do Estado como regulador.”

de uma empresa mais baixas. Torna a vida dos clientes mais simples e barata. Não há forma de contornar isso. Assim, é preciso pensar alternativas ao rendimento por trabalho e uma solução ou algo que considero fazer parte de uma solução maior que é avançar com a implementação do Rendimento Básico Incondicional (RBI) que pode ser financiado de variadas formas (por exemplo, taxando as grandes empresas tecnológicas que estão hoje livres de grande parte de contribuições). Esta ideia foi historicamente defendida por pensadores da esquerda à direita. O mais importante é que não podemos recusar esta ideia apenas porque sim, como temos visto a acontecer. É preciso investigar rigorosamente este tipo de políticas públicas e ver se realmente funcionam e não sermos influenciados pelas nossas intuições pré-concebidas. Por exemplo: uma objeção a esta ideia defende que as pessoas irão perder a motivação para ganhar dinheiro e irão gastar o seu dinheiro em droga e álcool. Ora, esta é uma objeção de carácter empírico: refere-se ao mundo real. Mas será que os primeiros estudos sobre a forma como as pessoas gastam o dinheiro de um RBI aponta para essa conclusão? A verdade é que não é de todo o que acontece: as pessoas aproveitam para voltar a estudar, para investir nas suas formações, para melhorarem as suas condições de vida. Claro, não estou a dizer que uma parte minoritária não possa efetivamente gastar a sua parte em drogas e álcool. Mas a exceção não faz a regra e não se pode colocar de lado o impacto positivo generalizado de uma ideia pela sua exceção negativa. Num dos cursos que leciono online e que estão disponíveis em formato gravação, abordo esta questão (disponível em <https://stevensgouveia.weebly.com/curso-7.html>).

Muitos setores – incluindo a saúde e os seguros – estão hoje dependentes da IA, inclusivamente no diagnóstico (de doenças e de risco, respetivamente). Que oportunidades se abrem à utilização deste tipo de tecnologia em áreas humanas tão sensíveis?

O uso da IA em áreas humanas sensíveis, como saúde e seguros, apresenta várias oportunidades para melhorar os respetivos resultados e transformar esses setores. Por exemplo, na saúde, como já indiquei, a IA tem o potencial de aumentar os recursos dos profissionais médicos, analisando grandes quantidades de dados do paciente, incluindo registos médicos, exames de imagem e informações genéticas. Já nos seguros, *chatbots* com IA podem lidar com consultas de rotina e tarefas administrativas, permitindo que os trabalhadores se concentrem em atividades mais complexas e criativas, sendo que essa

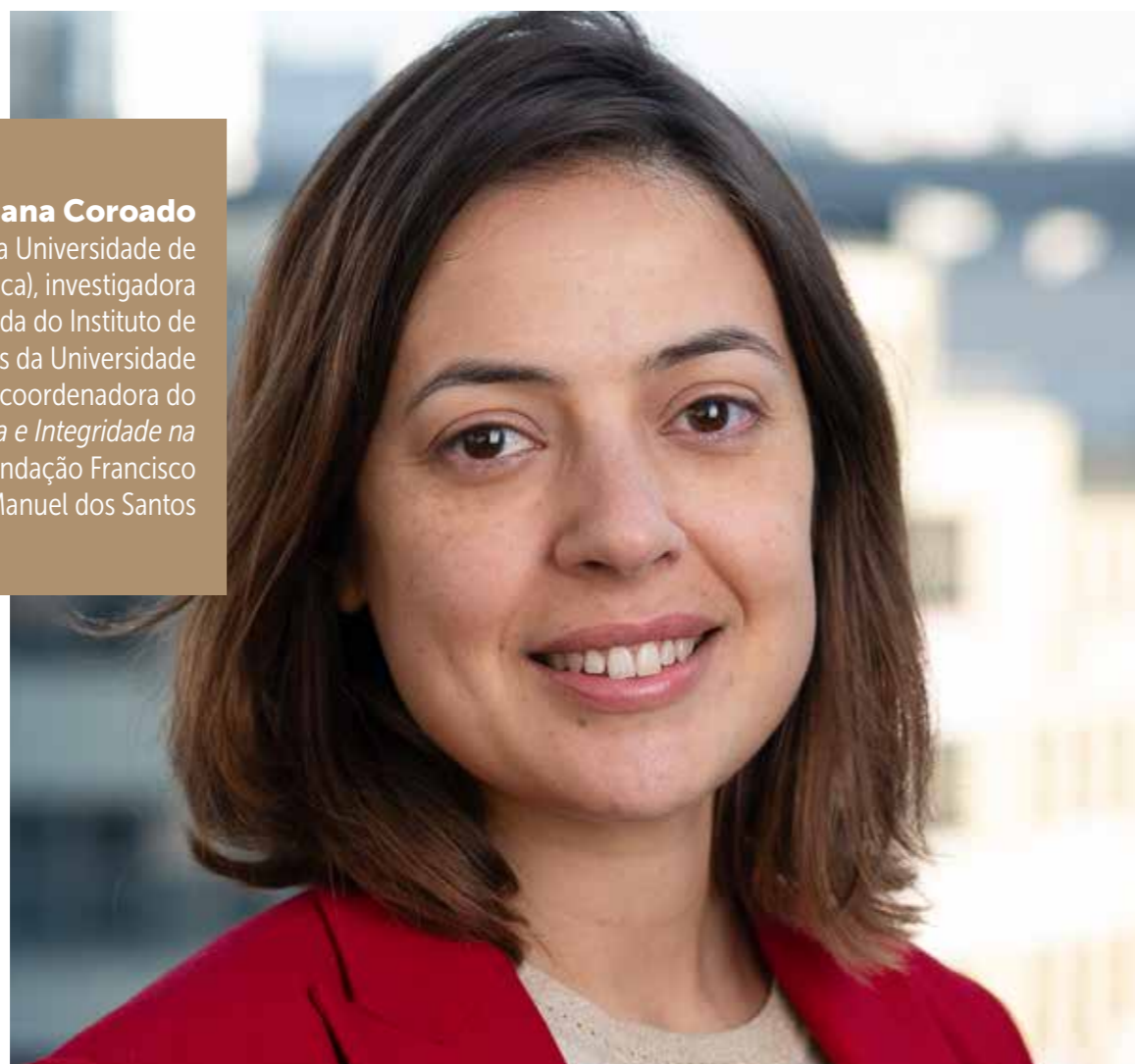
automação pode levar, pelo menos em teoria, a uma maior eficiência, a custos mais reduzidos e a um ganho de produtividade. Podem também ser desenvolvidos algoritmos de IA para avaliar perfis de riscos através da variedade de dados de cada ser humano, o que pode ajudar a personalizar todo o sector dos seguros e saúde em geral, o que pode trazer benefícios em termos de custos mais baixos para os clientes. Claro, todos estes aspetos positivos levantam problemas éticos que já foram indicados por mim, mas também outros, como a questões ligadas à privacidade dos dados. A regulação deve garantir salvaguardas para assegurar a transparência e a proteção da privacidade e das informações confidenciais dos indivíduos, sem que tal possa prejudicar os mesmos nos serviços oferecidos.

“O problema mais grave da automação é a criação de níveis de desemprego históricos e incorrigíveis. Ao contrário de outros períodos da história, estamos perante um desemprego que será massivo e que afetará milhões e milhões de pessoas. Porquê? Porque a tecnologia torna as despesas de uma empresa mais baixas. Torna a vida dos clientes mais simples e barata. Não há forma de contornar isso.”



Susana Coroado

investigadora da Universidade de Antuérpia (Bélgica), investigadora associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e coordenadora do estudo “*Ética e Integridade na Política*”, da Fundação Francisco Manuel dos Santos



É PRECISO QUE A DEMOCRACIA OFEREÇA SOLUÇÕES AOS CIDADÃOS

Vivemos tempos de efervescência política. Com o mundo a atravessar uma verdadeira revolução tecno-digital, plena de mudanças galopantes e disruptivas que têm afetado transversalmente todos os setores da sociedade, a democracia tem-se visto impelida a renovar-se e arranjar novas formas de relacionamento com as novas gerações. A alternativa a este caminho seria apenas um: tornar-se obsoleta. É, pois, nestas épocas de grande indefinição e incertezas, que a dimensão Ética da atividade política e governativa ganha uma nova e renovada pertinência, servindo como tábua de valores e princípios fundamentais que sustentam a capacidade de orientar as democracias e os seus agentes em ambientes, por vezes, de ‘navegação à vista’.

A democracia é uma realidade em constante evolução. Ao longo da História, vários são os exemplos da necessidade dos processos e mecanismos democráticos se irem adaptando às mudanças na sociedade, sob pena de perderem a sua vitalidade e revelarem-se obsoletos na sua missão de dar respostas aos anseios e aspirações dos cidadãos. Num momento em que o mundo atravessa mudanças altamente disruptivas a nível social, político e tecnológico, Susana Coroado, investigadora da Universidade de Antuérpia (Bélgica) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, coordenadora do recente estudo “*Ética e Integridade na Política*”, analisa os tempos que vivemos e os caminhos que a Democracia e a atividade política podem e devem trilhar para continuarem a dar respostas às grandes questões deste início de século: “Há quem diga que essa polarização sempre existiu e que a desinformação também, e que, agora, é só uma questão de intensidade e de aumento por causa das evoluções tecnológicas”, refere a especialista nas áreas da ética e conduta política, que presidiu à Transparência Internacional Portugal.

Na visão de Susana Coroado, investigadora da Universidade de Antuérpia, na Bélgica, e investigadora associada do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, a Ética assume dois papéis fundamentais no processo democrático. “Um é o papel legitimador. A democracia liberal, para ser representativa, corporiza-se num regime em que o poder pertence ao povo, sendo que os cidadãos confiam esse poder aos seus representantes, os deputados, que, por sua vez, confiam no poder executivo. Há aqui um tema de confiança e de legitimidade do regime democrático”, explica. Por outro lado, “a Ética assume também um papel mais funcional. Sem Ética, sem regras sobre o que deve ser

o comportamento de quem tem este poder público confiado, os processos de decisão e de governação não funcionam bem”. Pelo que, apesar de termos de “ter em conta que nem todos os comportamentos pouco éticos levam a casos de abuso de poder ou corrupção, estes podem efetivamente abrir caminhos para potenciar esse tipo de situações”, concretiza a também coordenadora do recente estudo “*Ética e Integridade na Política*” (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022).

Tendo em consideração o contrato-social estabelecido entre governados e governantes, Susana Coroado sublinha que existe o perigo “quando se verifica esta falta de confiança na política, nos políticos, nos partidos, de se instalar algum cinismo por parte dos cidadãos; ou seja, ou eles deixam de acreditar no regime democrático e deixam de votar, porque ‘são todos iguais’ e, portanto, não há grandes opções, ou dirigem o seu voto para partidos antissistema, muitas deles ancorados precisamente em mensagens anticorrupção e bom comportamento ético”.

Dando como exemplo casos de alegada corrupção e notícias de polémicas que têm abalado o cenário político-partidário nacional nos últimos anos, provocando uma notória erosão da confiança dos portugueses nos partidos, nos políticos e mesmo no próprio processo democrático, a politóloga lembra que “há um limite de desconfiança que os cidadãos devem ter em relação ao poder político, que até certa medida é saudável nas democracias, porque é isso que faz com que os cidadãos estejam atentos ao que se passa e os motiva a votar”. Apesar de considerar que “abusos de poder e corrupção sempre houve na democracia portuguesa”, o que parece ter-se acentuado nos últimos anos

“foi o esbatimento das fronteiras entre o Estado e Não Estado, entre o poder político e partidos, algo que também incentiva a que haja mais oportunidades para comportamentos pouco éticos”. A este fator, Susana Coroado soma ainda um outro elemento que pode explicar uma aparente maior exposição das fragilidades do regime democrático e que está relacionado com um maior escrutínio público da atividade e do poder políticos: “Estamos numa fase em que a comunicação social está mais atenta e, portanto, descobre mais. Além disso, temos uma opinião pública que também exige mais transparência e, portanto, também vai sabendo mais o que está a passar”.

Por uma regulação independente

Relativamente à possível confusão e indefinição do papel do Estado em determinados domínios, tendo em conta as relações, mais ou menos estreitas, que existem entre governos, empresas privadas e as próprias entidades reguladoras que são criadas para regular determinados setores, Susana Coroado destaca logo como ponto de partida que “há nesta área todo um jogo de interesses que parece muito bem-intencionado, mas que, às vezes, no terreno, ganha alguma nebulosidade”. Afirma a também especialista em matérias de regulação pública e setorial: “Estas entidades reguladoras são autoridades públicas, só que a ideia é que não estejam sob a alçada do poder político. E porquê? Porque, muitas vezes, estão a regular setores onde o Estado é parte interessada.” Tendo esta premissa em conta, a especialista defende que estas entidades reguladoras “devem ser independentes do poder político, mas também independentes das empresas que operam no setor a regular, precisamente para protegerem a concorrência entre elas ou para protegerem os consumidores de algum comportamento concertado”. Para a investigadora, “a lei tem de garantir, ou deve garantir, a independência das entidades reguladoras e também a independência de quem está à frente delas”.

Apesar de tudo, e tendo em conta todos os desafios da regulação, a especialista é da opinião que, em Portugal, “estamos melhor do que estávamos”. Contudo, nota, “tudo depende muito do ambiente político. Nós estamos melhor do que estávamos porque antigamente o Governo escolhia as pessoas e ponto final. Hoje, salvo raras exceções, o Governo propõe um nome, que tem de passar por uma avaliação da CRE SAP [Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública] e ainda por uma audição em sede parlamentar”.

Têm a Democracia e os seus mecanismos de transparência a melhorar com o reforço processos de autorregu-

lação do Estado e de controlo da atividade dos partidos políticos e do Parlamento? Susana Coroado não se mostra muito convencida: “Acho que pode sempre haver afinações na lei, mas, de facto, esses mecanismos e ferramentas existem e já era bom que fossem cumpridas”, declara. Na verdade, explica, tal instituto de regulação e controlo sempre que um caso polémico envolver políticos e governantes ganha espaço mediático e no espaço público, “tem sido um dos grandes problemas” nesta matéria em Portugal. “De cada vez que há um escândalo, atira-se com uma nova lei para cima da mesa, normalmente uma lei mal feita, pouco pensada, que só tenta responder àquele problema em concreto”, explana, argumentando que o que se exige mais nestas situações é “um maior trabalho a nível institucional e disciplinar”, defendendo ainda a ideia de que “parece faltar algum instinto de sobrevivência aos partidos e às instituições portuguesas, no sentido de atuarem de forma a melhorar a sua perceção pública e não perder a confiança dos cidadãos”. “Aí, é que me parece que ainda estamos longe do desejável”, conclui.

Todos os votos contam


Relativamente às profundas mudanças que o mapa político português sofreu nos últimos anos e à recente radicalização e polarização do discurso político, potenciadas ao máximo com a emergência das redes sociais, Susana Coroado ressalva que “há quem diga que essa polarização sempre existiu e que a desinformação também, e que, agora, é só uma questão de intensidade e de aumento por causa das evoluções tecnológicas”.

Para a investigadora, “mais do que redefinir a democracia, é preciso que a democracia ofereça soluções aos cidadãos”, que respondam às necessidades e anseios que as novas gerações reclamam, tendo em conta realidades como a revolução digital e a urgência climática. “A democracia pode ser um fim em si mesmo, mas também pode ser um meio através do qual as sociedades resolvem os seus antagonismos e desenvolvem o seu bem-estar social. Penso que é esse bem-estar social que tem desaparecido nos últimos anos. As novas gerações vão viver pior do que viviam os seus pais, há mais incertezas, os tempos são cada vez mais turbulentos e, portanto, as democracias deixaram de conseguir dar respostas, as pessoas também deixaram de sentir que o seu voto realmente conta”. Para a especialista, “faltam ideias para dar soluções às pessoas e isso, conjugado com um mundo extremamente volátil, cheio de incertezas provocadas pela evolução geopolítica, pelas revoluções tecnológicas e até por fenómenos como a recente pandemia, está a gerar grandes mudanças”.

As crises éticas que emergem de situações pouco transparentes ou de casos de alegada corrupção na política, incluindo do Executivo, têm relação direta com o surgimento e fortalecimento de projetos partidários populistas, e até mesmo antidemocráticos? Susana Coroado não estabelece um vínculo tão automático. “Não, não me parece que haja essa relação tão direta, até porque os eleitores têm sempre outras opções, que passam por não votar ou votar em partidos que não são populistas. Se houver uma desilusão com os partidos tradicionais, os cidadãos têm sempre outros partidos como opção de voto”. Como exemplo desta premissa, a investigadora aponta precisamente o caso português. “Basta olhar para o nosso Parlamento: nos últimos anos, entraram vários novos partidos na Assembleia da República. Durante décadas tivemos quase sempre os mesmos partidos no Parlamento e agora temos, por exemplo, o PAN, o Livre, a Iniciativa Liberal”, concluindo que “nem toda a gente

insatisfeita com os partidos tradicionais vira as suas intenções de voto para partidos mais extremistas”.

Já no caso específico de partidos políticos considerados extremistas, ou mesmo antidemocráticos, e na forma como estes se inserem e comportam no processo democrático, Susana Coroado destaca a importância de “não ceder à tentação de fazer *bullying* aos eleitores desses partidos”, sublinhando que “todos os cidadãos têm os mesmos direitos, o voto de cada um é igual e, portanto, todos têm o mesmo valor”. “Se as pessoas estão a votar nos extremos – e é importante notar que há extremos e extremos –, em vez de se insultar e/ou ostracizar ou se dizer que o voto daquela pessoa não é tão democrático ou vale menos, temos sobretudo de compreender porque é que as pessoas estão a votar nesses partidos. O que é que os outros partidos não estão a oferecer?”



‘RADIOGRAFIA ÉTICA’ DO PAÍS POLÍTICO

Susana Coroado, com Luís de Sousa, co-coordenou o estudo *“Ética e Integridade na Política – Perceções, Controlo e Impacto”*, editado em dezembro de 2022 com a chancela da Fundação Francisco Manuel dos Santos, com o objetivo de refletir sobre o verdadeiro alcance da dimensão Ética na atividade política contemporânea. Missão: Aprender qual a importância e o papel dos principais valores éticos que moldam as atividades governativas e as políticas e simultaneamente “compreender a crescente preocupação dos cidadãos com um eventual declínio dos padrões éticos na vida política”.

Uma das principais ideias-chave relaciona-se com a perceção de que, em Portugal, “de um modo geral, as elites políticas parecem estar dispostas a apoiar a adoção de medidas de autorregulação e os eleitores parecem dispostos a recompensar esse compromisso ético”. No mesmo sentido, tanto legisladores como cidadãos “parecem concordar na necessidade de melhorar os mecanismos de verificação da integridade dos candidatos, bem como, de reforçar os poderes disciplinares e a adoção de medidas punitivas em relação a membros de partidos envolvidos em casos de corrupção”.

Por outro lado, e em sentido inverso, os investigadores chegaram à conclusão que, ao contrário dos cidadãos, no cenário português os legisladores revelam-se “particularmente reticentes à extensão da limitação de mandatos, quer por decisão da liderança partidária, quer estatutariamente”.

ENTREVISTA Maria do Céu Patrão Neves

Professora Catedrática de Ética, com um pós-doutoramento em Bioética, é uma das grandes autoridades científicas portuguesas na área. Num momento em que o mundo global assiste a profundos e radicais avanços científicos e tecnológicos, confessando-se cansada do facto de haver "ainda uma perceção generalizada de que a Ética tem como função impor limites", a atual presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) lembra que os valores éticos e as suas várias dimensões são agora mais pertinentes do que nunca. E sublinha uma ideia-chave: "Tanto a Ciência como a Ética são produtos do espírito criativo do ser humano e, por isso, não faz sentido que entrem em conflito."



"NÃO HÁ BOA CIÊNCIA SEM BOA ÉTICA"

Como define a Ética na área da Ciência? Que princípios básicos da Ética que devem reger o método e a pesquisa científica?

É interessante começar por um olhar retrospectivo, histórico e perceber que a Ética e Ciência sempre estiveram relacionadas desde o tempo da Grécia clássica. Relação que se foi alterando ao longo dos séculos, é verdade, mas sempre mantendo uma grande proximidade e, até, às vezes, uma quase indissociabilidade. Quando é que as relações entre Ética e Ciência sofrem uma alteração profunda no seu relacionamento? Sobretudo na contemporaneidade. Quando os vários saberes saem do tronco comum, que era a metafísica, e se começam a afirmar como

saberes distintos e autónomos. Quando, já no século XIX, temos a estruturação e a sistematização do método científico e, à medida que esta dinâmica progride, passa-se a considerar que o grande objetivo do saber é a objetividade, o factual, e, portanto, que essas características são de alguma forma perturbadas, inquinadas, por uma reflexão Ética que seria, remontando ao século XVIII, mais de carácter subjetivo, valorativo, menos rigoroso. E, por isso, a cisão entre Ética e Ciência começa a dar-se precisamente na contemporaneidade com esta necessidade de a Ciência de se afirmar na sua própria autonomia. Esta situação progrediu, sobretudo, até meados do século XX, mais precisamente até à Segunda Guerra Mundial e a duas grandes experiências. A primeira, relacionada com a Física, uma grande ciência desse século que tem o sucesso extraordinário de produzir uma bomba atómica e de, efetivamente, ter um resultado extraordinário. Não estou a ser sarcástica: este avanço foi um sucesso, tendo em conta que o seu objetivo era a bomba deflagrar e ser tão destruidora quanto possível. Por isso, do ponto de vista científico ou técnico, há um sucesso que simultaneamente corresponde a um drama humano ímpar. Paralelamente, temos uma outra ciência do século XX que também se desenvolve imenso, a Biologia, num momento em que o valor do conhecimento em si mesmo acaba por justificar todos os meios para o seu próprio progresso. A que me refiro? À experimentação humana, utilizando pessoas como meros objetos em prol do valor superior que era a Ciência. E o corolário desta postura foi a exploração e experimentação levada a cabo pelos nazis utilizando prisioneiros em campos de concentração, nomeadamente judeus, ciganos, deficientes mentais, homossexuais, por aí adiante. Por isso, mais uma vez, tratou-se de um progresso científico associado a um enorme drama humano.

O que aconteceu então?

Estas circunstâncias obrigaram a repensar a relação entre Ciência e Ética e percebeu-se, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, que não há boa Ciência sem boa Ética. E, por isso, aquilo a que temos assistido desde então, até ao presente, é uma proximidade cada vez maior entre a reflexão ética e o progresso científico. E, agora, dando finalmente resposta à questão sobre se há alguns princípios orientadores da investigação, temos necessariamente de introduzir na nossa conversa o conceito de integridade científica. A integridade científica é hoje um conceito absolutamente incontornável em todo o tipo de investigação, seja das ciências duras, seja das ditas ciências moles, ou seja, as ciências sociais e humanas. Seja uma investigação realizada em universidades, centros de investigação, seja em empresas privadas ou Organizações Não Governamentais, o incontornável está na integridade científica. Nesse sentido, temos assistimos, sobretudo a partir de 2010, a várias organizações e instituições dedicadas ao progresso científico a propor e a implementar códigos de investigação científica. Neste momento, na Europa, temos o chamado Código Europeu de Conduta, que está atualmente a ser alvo de revisão.

"O papel da Ética é o de refletir sobre os progressos científicos sem tentar travá-los ou limitá-los, mas orientá-los no sentido de garantir que o mesmo vai representar um benefício para a coletividade, para a sociedade."

E que grandes princípios elenca o Código Europeu de Conduta?

Por exemplo, a honestidade no compromisso com a verdade; a independência na preservação da liberdade de ação em relação a pressões externas à profissão ou ao projeto de investigação; ou a imparcialidade na isenção ou na neutralidade da prática profissional em relação a outro tipo de interesses sectários, como económico-financeiros. Aqui estão três conceitos fundamentais. Podíamos desenvolver os valores pilares da integridade científica e, aí, diria que são a verdade, o rigor e a objetividade, que estão no mesmo patamar de valores como a independência, imparcialidade e isenção, cooperação e honestidade, transparência e justiça, compromisso e responsabilidade social. Estes são grandes pilares em todo o tipo de investigação científica, que tem sido muito afetada pela fabricação de dados, falsificação de dados e plágio. Estes são a face mais visível da falta de integridade científica, mas todos os outros princípios são estruturantes.

Ao longo da história sempre houve um confronto entre Ética e Ciência, tendo em conta que esta última tem a ambição de desbravar o desconhecido. Sabendo desta tensão constante entre estas duas realidades, e num momento em que estamos a assistir a enormes e disruptivos avanços tecnológicos, esses dilemas estão hoje mais vivos do que nunca?

Esta questão remete-me para a função da Ética na Ciência. Há ainda uma percepção generalizada de que a Ética tem como função impor limites, naquilo que eu costumo designar como uma ação repressiva. Ora, eu, como eticista, nego completamente esta versão, não só simplista, mas equívoca da ação da Ética. A Ética não intervém na Ciência como uma ação repressiva, impondo limites ou proibindo, como se fosse um polícia ou juiz. Esta não é a função da Ética. Aliás, nós temos de perceber que tanto Ciência como a Ética são produtos do espírito criativo do ser humano e, por isso, não faz sentido que entrem em conflito. É totalmente inaceitável que o ser humano tenha de optar entre uma ou outra. Por isso, vamos eliminar esta primeira percepção tradicional da Ética, como impondo limites numa ação repressiva, e passemos para uma outra conceção da Ética, a que eu chamo de ação normativa: a Ética intervém, refletindo sobre os progressos científicos e as inovações tecnológicas no sentido de perceber se elas são respeitadoras, ou não, dos princípios éticos fundamentais, dos direitos do ser humano, podendo ou não pôr em causa os direitos humanos e os princípios fundamentais, orientando a investigação, no sentido não de a travar, potenciando o progresso no benefício do



bem-comum. Um dos princípios estruturantes da nossa sociedade é o da justiça social: em que medida é que alguns avanços científicos ou tecnológicos não agravam outras desigualdades? Não agravam determinadas assimetrias? Este é que é o papel da Ética, isto é, refletir sobre os progressos científicos sem tentar travá-los ou limitá-los, mas orientá-los no sentido de garantir que esse progresso científico vai representar um benefício para a coletividade, para a sociedade.

Impõe-se mais ainda reforçar esta dimensão Ética na atividade científica de investigação?

Outro patamar que a Ética pode também desenvolver é o da constituição de uma consciência coletiva, sobretudo na comunidade científica, funcionando como uma ação formativa. Hoje, os cientistas, na maior parte das

"Nas sociedades democráticas, houve um progresso moral extraordinário ao longo dos séculos. A democracia não é apenas um regime político, a democracia é um conjunto de valores cujo pilar assenta na igualdade entre todas as pessoas como princípio ético. Por isso, pensemos na democracia não apenas como regime político, mas como um conjunto de valores morais."

instituições, são convidados – ou mesmo obrigados – a frequentarem cursos de formação em integridade científica. Percebem e sabem que as preocupações éticas não devem entrar só no fim do projeto científico, mas devem ser estruturantes e consideradas desde o seu início.

Ao longo dos séculos, podemos também considerar que o avanço científico, inconscientemente ou não, moldou algumas questões éticas ao longo dos anos? A Ética não é uma realidade estática, pois não?

Claro que não. Aqui, faria uma distinção entre Ética e Moral. A Ética é uma racionalidade da ação, isto é, responde às perguntas: "Porque faço o que faço?"; "Qual é a razão de ser da minha ação?". Já a Moral é um conjunto normativo. Esse conjunto normativo tem sofrido alterações ao longo dos séculos, indubitavelmente, e é bom que assim seja, porque este conjunto normativo responde à pergunta "Como devemos agir?", que está subjacente à moralidade. Trata-se de questões diferentes, em planos diferentes. Sou daquelas pessoas extraordinariamente otimistas na afirmação de que tem havido progresso moral ao longo dos tempos. Nas sociedades democráticas, relacionamo-nos, hoje, de maneira diferente do que acontecia nos séculos passados com temas como os direitos humanos, a igualdade, inclusão. Abolimos a escravatura, combatemos o racismo, a xenofobia, a homofobia, professamos a tolerância religiosa. No contexto democrático, houve um progresso moral extraordinário. A democracia não é apenas um regime político, a democracia é um conjunto de valores cujo pilar assenta na igualdade entre todas as pessoas como princípio ético. Por isso, pensemos na democracia não apenas como regime político, mas como um conjunto de valores morais.

Vivemos hoje na chamada "sociedade da informação" e os nossos dados pessoais proliferam um pouco por todo o lado, em grandes bases de dados digitais que não dominamos nem controlamos. Na sua opinião, quais os grandes desafios éticos que tal cenário coloca, nomeadamente à utilização de dados em saúde? E não tão debatido direito ao esquecimento?

Essas questões levantam desafios éticos, jurídicos e políticos. E não os podemos separar, estão interligados. Naquilo que diz respeito aos dados de saúde ou dados pessoais sensíveis, gostaria de, muito brevemente, dar aqui uma nota que devemos atender a esta questão em dois sentidos diferentes: de cima para baixo e de baixo para cima. O que é que eu quero dizer com isto? A privacidade dos dados está, hoje, duplamente ameaçada. Está ameaçada de "cima para baixo", como eu digo, porque

nós deixamos rasto em tudo o que fazemos ou dizemos. E este rasto digital produz dados que podem ser aproveitados por diferentes instituições para diferentes usos e convertidos em diferentes mais-valias. Tendo isto em conta, precisamos de quê? Precisamos de legislação pensada de "cima para baixo" que proteja este acesso muito livre aos dados pessoais sensíveis. E aqui estamos a falar ao nível legislativo e ao nível político. Mas, não podemos esquecer o outro sentido, que "vai de baixo para cima". Isto é, o cidadão comum é muitas vezes o agente da disseminação dos seus próprios dados, tem cada vez tem menos cuidado com a privacidade da sua vida. Mas há ainda quem afirme que não será tanto o cidadão que não tem apreço pela privacidade hoje como tinha no passado, mas que se vê sem alternativas: nós vamos a qualquer instituição, desde uma organização bancária, um hospital ou uma simples loja e o nosso rasto fica registado. Mas não podemos também ignorar que nós próprios cidadãos comuns somos muito displicentes na utilização dos nossos dados. Voltando à questão, há dados de que a digitalização dos serviços se apropria. Mas se queremos bons serviços de saúde, temos de apostar na digitalização desses mesmos serviços para potenciar uma maior eficiência e celeridade na troca de informação e outros mecanismos. E é aqui que entra a questão do direito ao esquecimento. Esse direito, hoje, felizmente, já está estabelecido na lei e pode ser efetivamente invocado, já não apenas do ponto de vista ético, mas também do ponto de vista jurídico. Quando os efeitos de acontecimentos da nossa vida pessoal, como por exemplo uma doença oncológica, deixam de ter impacto efetivo e direito nas nossas opções futuras, estes não devem ser considerados como variáveis nessas mesmas opções futuras. Temos de perceber que o direito ao esquecimento está fundamentado na liberdade pessoal e é absolutamente fundamental para a evolução da nossa própria identidade e da nossa personalidade, algo que não nos pode ser negado sob qualquer que seja o argumento, muito menos um comercial e financeiro.

"Estamos a criar compartimentos geracionais e, com isso, a criar procedimentos diferentes para diferentes caixas, diferentes grupos de pessoas. E, se hoje, a nossa cor da pele ou o nosso sexo pouco importam, já a nossa idade começa a importar demasiado."

Por outro lado, áreas como a manipulação genética fazem o seu caminho, numa sociedade que procura, cada vez mais, o "elixir da juventude". Que preocupações éticas este tema lhe levanta?

Há, de facto, uma valorização na nossa sociedade pelo jovem, pelo dinâmico, pelo Belo. Sendo que, hoje, o Belo é o desportista musculado. E isto tem que ver com temas geracionais, que estamos a espartilhar: no passado, falávamos de gerações de 25 em 25 anos; agora, temos novas gerações de 10 em 10 anos: a geração Z, a geração X, a geração Y, a geração dos Millennial, dos nativos digitais. Este tipo de discurso cria compartimentos que dificultam as relações. Surpreende-me, aliás, que numa época em que avançamos para a não valorização de características individuais e fenotípicas (como a etnia, o sexo, a religião, a nacionalidade, etc.), estejamos a instaurar, ao mesmo tempo, um outro discurso contracorrente, que enclausura as pessoas dentro de gerações e que, justamente, vem ao arremedo do tal progresso moral que frisei anteriormente, que procura precisamente abater as características pessoais e valorizar a identidade comum, a ideia de que todos nós somos iguais. Estamos a criar compartimentos geracionais e, com isso, a criar procedimentos diferentes para diferentes caixas, diferentes grupos de pessoas. E, se hoje, a nossa cor da pele ou o nosso sexo pouco importam, já a nossa idade começa a importar demasiado. E vemos impactos que não são de minorizar como aquele tipo de discurso que vinca que "a geração do passado é responsável pelas alterações climáticas, pela deterioração ambiental" e "nós, os ambientalistas, nós, a geração nova, vamos salvar o planeta". Penso que este é um tipo de discurso que, do ponto de vista ético, pode ser, de facto, muito

"Temos de perceber que o direito ao esquecimento está fundamentado na liberdade pessoal e é absolutamente fundamental para a evolução da nossa própria identidade e da nossa personalidade, algo que não nos pode ser negado sob qualquer que seja o argumento, muito menos um comercial e financeiro."

prejudicial à nossa sociedade. Primeiro, porque culpabiliza uma geração de forma injustificada; depois, porque ignora o contexto histórico em que cada geração toma as suas opções, terceiro, porque coloca a defesa do ambiente apenas nas mãos das gerações mais jovens, quando o desafio tem de ser absolutamente transversal a toda a sociedade.

Uma questão que passa também para a aparência física...

Exatamente. Este discurso cria, por um lado, um ónus enorme nas pessoas mais velhas, com uma aparência física que assinala o passar do tempo. Vemos hoje como se tratam as pessoas idosas, quase como se "fossem patetas", com uma condescendência absoluta. No passado, a geração mais velha era venerada, como tendo um património importante para passar aos mais jovens. Hoje, é absolutamente desclassificada, é a "Geração Já Não": já não vê bem, já não ouve bem, já não percebe bem, já não anda bem. É, do ponto de vista do tratamento das pessoas, indigno. Há um texto filosófico lindíssimo que diz: "Felizmente somos mortais". Recuperou o sentido do salmo que nos

diz que é a consciência de termos os dias contados que atribui significado à nossa vida e ao nosso quotidiano. É, por isso, que a morte tem impacto na vida e dá sentido à vida.

Tendo em conta os enormes avanços a nível digital e virtual que estamos a viver, nomeadamente com o surgimento de novas realidades como o metaverso e a Inteligência Artificial, quais serão as principais tendências e desafios que a Ética na Ciência e na investigação científica vai enfrentar nos próximos tempos?

Penso que aqui há dois desafios fundamentais. O primeiro, o mais relevante, relacionado com a possibilidade de perdemos o controlo da nossa própria criação. A inovação tecnológica exerce grande fascínio no Homem e nós vivemos sobre aquele mito do que "o novo é bom", de que a inovação é sempre boa. Ora, o novo não é necessariamente bom e o antigo não é necessariamente mau. Tanto o novo como o antigo têm de ser avaliados. Sentimos uma atração muito grande pelo novo, vê-se uma adesão muito grande, um ir atrás. Eu penso que este é um problema, porque podemos perder o controlo. O

criador pode perder o controlo da criatura e, como disse um filósofo que me é muito querido, Maurice Blondel, quando perdemos o controlo da nossa ação, essa ação vira-se, regra geral, contra nós. E isto foi dito em 1893. Acho que o primeiro grande desafio é, pois, não perdermos o controlo daquilo que é a nossa criação, daquilo que é o desenvolvimento científico-tecnológico. E isto, traduzido em termos éticos, significa manter as finalidades humanas como determinantes: nós não servimos a técnica, a técnica é que tem de se ater a finalidades que são humanas. A técnica só pode ser instrumental, só pode ser um instrumento de assistência, de colaboração, de coadjuvação das finalidades humanas. Se a inovação tecnológica deixa de servir as finalidades humanas e passa, ela própria, a tornar-se uma finalidade em si, então o ser humano vai atrás da tecnologia, em vez de utilizar a tecnologia.

E o segundo risco que deteta?

O perigo de perdemos o sentido crítico. E isto é muito evidente na era da informação em que estamos a viver. Diz-se que temos agora as gerações mais informadas que nunca, com mais acesso ao conhecimento. De facto, todos nós estamos mais informados hoje do que estávamos ontem ou anteontem, mas informação não significa conhecimento. Informação sem espírito crítico não gera conhecimento. Sem espírito crítico nós não conseguimos fazer a distinção entre o que é factual e o que é interpretativo, entre o que é verdadeiro e o que é manipulado. Nós temos de promover o espírito crítico, desde as gerações mais jovens até às gerações da idade mais avançada. Sem espírito crítico, não vamos conseguir tirar partido daquilo que é a inovação tecnológica, sobretudo ao nível da informação e da comunicação.

ENTREVISTA

José Diogo Quintela

Começou por escrever textos humorísticos para serem ditos por outros, há mais de vinte anos, na emblemática Produções Fictícias, mas depressa saiu da sombra quando se apresentou lado a lado com mais três humoristas, dando forma ao quarteto cómico que rapidamente reescreveu a história do humor português, os Gato Fedorento. Desde então, nunca mais parou e é, hoje, um dos mais atentos e mordazes cronistas do Portugal Contemporâneo – entre outras tarefas que preenchem o seu dia-a-dia, integra a equipa do programa mais visto da televisão portuguesa, Isto é Gozar com quem Trabalha, e escreve semanalmente no Observador. Agora, na qualidade de influente e respeitado veterano do humor nacional, José Diogo Quintela aborda os tempos que vivemos tão marcados pelo cocktail explosivo que mistura debates fraturantes, “casos e casinhos” políticos, a chamada cultura de cancelamento e as aspirações e ansiedades das novas gerações num mundo cada vez mais digital e virtual. É, pois, o tempo de refletir sobre o humor, os seus limites (ou não) e o seu papel no *zeitgeist* que marca a espuma dos dias.

"O RISO, MUITAS VEZES, VEM DE UM SÍTIO INCÓMODO"



Nos últimos anos, tem-se falado e debatido muito sobre a questão do “politicamente correto”, sobre uma alegada ditadura na forma como nos expressamos e como nos relacionamos uns com os outros. Enquanto escritor criativo e comediante, como analisa estas questões, também intimamente relacionadas com a chamada *woke culture*?

Esta versão 2.0 do politicamente correto, que é o *wokismo*, é mais alargada, mais completa e xfaz-se sentir em mais áreas da sociedade. É, simplificando, um código de limitação da linguagem, com uma lista cada vez maior de coisas indizíveis. O *wokismo* tem a particularidade de estar muito ligado à teoria crítica que, agora, é aplicada a todos as áreas da sociedade. Portanto, temos a teoria crítica

do feminismo, a teoria crítica do racismo, a teoria crítica aplicada à identidade de género. O *wokismo* não é só uma questão de linguagem, é uma questão de, no fundo, estabelecer que há sempre uma relação de opressor e de oprimido e é impossível fugir a isso – no sentido em que tu és sempre opressor e alguém está sempre a ser oprimido. E o facto de seres oprimido dá-te uma valorização moral, só pelo facto de tu seres oprimido. E não há nada do que tu digas que possa inverter isso. Ou seja, inquina as relações, é transcrito para a linguagem e limita logo, à partida, o discurso.

“No discurso público, há uma lei contra a difamação. Já na linguagem humorística permite-se algum exagero, a hipérbole. É muito mais metafórica do que a linguagem jornalística, por exemplo, que deve ser rigorosa e factual.”

“O *wokismo* estabelece que há sempre uma relação de opressor e de oprimido e é impossível fugir a isso. E não há nada do que tu digas pode inverter isso. Ou seja, inquina as relações, é transcrito para a linguagem e limita logo, à partida, o discurso.”

Com esse cenário como pano de fundo, podemos dizer que a comédia tem uma determinada dimensão ética? Até onde é que essa dimensão ética se estende, ou não, na área do humor? Há ou não limites na comédia?

Essa é, porventura, a pergunta que mais vezes se faz aos humoristas. E à qual respondem quase sempre: “O limite é se uma piada faz rir ou não”. Mas essa é uma não-resposta, uma vez que a piada é uma coisa subjetiva e quem faz uma piada acha que ela tem piada, não sabendo se os outros vão achar piada ou não. Aliás, o grande risco do humorista é que ele faz um trabalho que tem um objetivo – fazer rir – sem que tenha a certeza se vai conseguir ou não. Assim, não há limites no humor, da mesma maneira que não há limites na música, não há limites no teatro, não há limites na dança. São formas de expressão, são tipos de linguagem que não têm limite no sentido em que se pode experimentar tudo. No discurso público, há uma lei contra a difamação. Já na linguagem humorística permite-se algum exagero, a hipérbole. É muito mais metafórica do que a linguagem jornalística, por exemplo, que deve ser rigorosa e factual. Assim, a linguagem humorística, ao ter esse quadrante mais alargado, tem sido muitas vezes o campo onde estas novas limitações dos tempos que correm começam a surgir e se fazem sentir mais. Dito isto, há uma ética do humor? Diria que sim. É uma ética que é fazer rir. O tal *wokism* trouxe uma relação de forças entre opressor e oprimido e, portanto, o opres-

"Alguns colegas meus dirão que uma das finalidades da comédia é endireitar o mundo, fazer do mundo um sítio melhor. Eu confesso que a minha ética no humor é divertir, fazer rir.

sor nunca poderá fazer uma piada sobre o oprimido. Um caso recente ilustra isso mesmo: o episódio que envolveu, na cerimónia dos Óscares, em 2022, o ator Will Smith, a sua mulher, Jada Pinkett Smith, e o apresentador Chris Rock. Houve quem dissesse que o Chris Rock até mereceu apanhar aquela estalada, porque estava a fazer uma piada sobre uma mulher, negra, doente. Isto para dizer que há, neste momento, uma tentativa de criar "leis", leis de discurso de ódio e também leis da desinformação e das chamadas *fake news*. Essas "leis" do discurso de ódio vão exatamente ao encontro da tal lógica de identificar um opressor e um oprimido, e, depois, proteger quem é suposto ser protegido...

E esse enquadramento é condicionante e lança limitações?

Sim, condiciona aquilo que pode ser dito. Esta nova "cultura" sente-se no humor desta forma, porque o humor usa um tipo de linguagem que está sempre na vanguarda, que arrisca. Concluindo: para quem se revê nesta evolução, a comédia tem uma dimensão ética nestes moldes. Quem tem esse entendimento da comédia, terá esse entendimento de ética no humor, que não é o meu. A partir daqui, entramos depois no âmbito do "humorista ativista", que atualmente parece serem bastantes e que muitas pessoas parecem gostar muito. Alguns colegas meus dirão que uma das finalidades da comédia é endireitar o mundo, fazer do mundo um sítio melhor. Eu confesso que a minha ética no humor é divertir, fazer rir. Os eventuais limites no humor apresentam-se como um círculo e fora disso não se pode fazer nada, só podes fazer o que está cá dentro. Eu não concordo com isso. O humor que mais interessa, pelo menos a mim, é o que se passa fora desses limites. Porque aquilo que causa o riso, muitas vezes, vem de um sítio incomodo. Fico sempre com a ideia de que as pessoas que defendem esse enquadramento, não se poder fazer piadas assim ou assado, implica sempre que haja alguém, alguma autoridade, seja o que for, que decide essas limitações...

E esse é o grande perigo...

E está relacionado com a questão se o limite de uma piada é se tem graça ou não. Mas quem é que vai aferir disso? Quem faz de "juiz"? É uma questão subjetiva. Quem fez a piada, em princípio, acha-lhe graça, porque senão não a fazia. E esta questão não se limita ao humor, chega à própria linguagem, havendo pessoas que consideram ainda que uma palavra é igual a uma ação. Dito de outra forma, uma palavra ou uma ofensa agride como uma ação, ou seja, dares uma bofetada a alguém é a mesma coisa que dizeres algo que consideras ofensivo. Para quem partilha deste entendimento, há que criminalizar certos discursos porque é igual a bater. Eu não concordo com isto, embora saiba que as palavras têm consequências, como é óbvio. As palavras causam impacto em quem as ouve. Mas uma ofensa não é a mesma coisa que uma ação.



Autocensura-se? Quando está a escrever algo mais 'puxado', recua e suaviza as coisas?

Ainda agora o fiz, ao escrever uma crónica. Mas não considero que seja autocensura. Tratou-se mais de uma edição ou de uma mera opção de não usar uma piada, mais mazinha, porque ia distrair o leitor do que interessa. Mas respondendo mais diretamente à pergunta, há temas sobre os quais eu já não gosto de tocar. Mas não se trata de autocensura – que surge quando, ao saber que há uma nova codificação de coisas que não se devem dizer, se entra em conformidade, até por instinto de sobrevivência. Eu gosto de pensar que não faço isso e que nunca o fiz. Mas também não consigo garantir isso.

Fazer piadas nos dias que correm é uma atividade arriscada?

A partir do momento em que há tanta gente a defender Will Smith e a sua mulher e a pôr a culpa em Chris Rock – e, lá está, fazendo aquela equiparação entre a piada dele com um estalo – já estamos em modo "bar aberto". Nesse sentido, fazer piadas é capaz de ter ficado mais perigoso. Ainda assim, eu sou amigo de alguns comediantes que fazem stand-up e eles não se têm queixado nesse sentido.

Sente que com esta evolução houve uma 'higienização' do humor? Se sim, sente-se desconfortável com esta evolução?

Eu diria que há uma tendência para isso. Acho que este primado do chamado politicamente correto tem condicionado muitos comediantes, que eventualmente se tornaram mais calculistas... Nesse sentido, acredito que sim, que talvez haja muito mais gente que já não é tão atrevida como poderia ser. Mas, por outro lado, há muito mais gente a fazer humor. Falando então em Portugal, há muito mais humoristas. Eu tenho ideia que quando se é mais novo há mais essa tendência para arriscar, como é natural. É da biologia humana: os miúdos e os adolescentes tem uma ideia de risco muito distinta do que quando chegamos a velhos.

Falando das redes sociais, onde não está: a explosão destas plataformas também ajudou a pôr 'gasolina' neste estado de coisas?

As redes sociais são um *game changer*, um salto evolutivo que tem coisas boas e coisas más. Eu não uso redes sociais, mas penso que potencia os extremos. Fico sempre fascinado com malta que refila que "o não sei quantos está na conta dele a escrever isto...", muito revoltada com algo que nem sequer é dirigido a ele. Essa cultura da denúncia existe nas redes sociais, assim como a cultura de polarização. E depois temos a questão da tendência para os *soundbytes*. Quem é mais ponderado nas redes sociais, tendencialmente é menos visto. Eventualmente, mesmo que de forma inconsciente, para conseguir mais seguidores, tudo se torna mais extremado.



"Uma palavra ou uma ofensa agride como uma ação, ou seja, dares uma bofetada a alguém é a mesma coisa que dizeres algo que consideras ofensivo. Para quem partilha deste entendimento, há que criminalizar certos discursos porque é igual a bater. Eu não concordo com isto, embora saiba que as palavras têm consequências, como é óbvio. Mas uma ofensa não é a mesma coisa que uma ação."



naval, os franceses levaram uma sova e perderam, morrendo a fina flor da marinha francesa. Depois do sucedido, ninguém queria contar o que tinha acontecido ao rei. Então, decidiram dizer a um bobo da corte que seria ele a contar a notícia ao rei. Então, o bobo foi ao encontro do rei e disse: "Ah, sacanas dos ingleses! Que grandes cobardes que são os ingleses...". E o rei retorquiu surpreendido, "Cobardes? O que aconteceu?", ao que o bobo respondeu: "Não sabeis Majestade? Enquanto os nossos valorosos soldados se atiravam ao mar para nadar, os soldados ingleses, com medo, decidiram ficar nos seus barcos". Foi esta a maneira, com um ângulo humorístico, que o bobo encontrou para dizer ao rei: "Eh pá, levámos uma sova monstra". Ao bobo era-lhe permitido brincar com a linguagem desta forma.

Historicamente falando, a comédia e o humor desde sempre que serviram de instrumento de crítica aos poderes estabelecidos, de alerta à opressão, uma ferramenta ao serviço da liberdade e da denúncia de injustiças. Essa faceta ainda continua bem viva?

Continua viva. A comédia usa um tipo de linguagem que se presta a isso. Um humorista poder dizer coisas que não é suposto dizer de maneira séria. Há uma plasticidade no discurso humorístico, uma falta de protocolo que permite que nos dirijamos aos poderosos sem deferência. Ao humorista é permitido algum exagero. Se eu disser "Sócrates é ladrão" não é a mesma coisa que Marques Mendes dizer "Sócrates é ladrão". Sobre isso, há uma história engraçada de um bobo da corte, durante a Guerra dos Cem Anos, entre os reinos da Inglaterra e da França, em que numa das primeiras batalhas, uma batalha

O ser humano está mais maçador? Estamos a perder o sentido de humor?

Até poderia dizer que sim, mas penso que é por estar a ficar mais velho. Estamos a achar sobre os mais novos o mesmo que os nossos pais diziam de nós... A conversa do "estes miúdos...". Com certeza que a minha geração não será a primeira a dizer "Ótima geração que vem aí!", mas, por outro lado, não invejo as gerações mais novas e as que aí vêm. Não invejo os jovens atuais. Penso que eles enfrentam um desafio existencial que também tem muito a ver com esta era digital e as redes sociais. Acho que há mesmo aqui uma mudança na maneira de viver, algo óbvio e que tem muito que ver com a ligação deles à realidade. Por exemplo, embora eu também seja viciado no telemóvel e esteja sempre agarrado ao telefone a ver porcarias, vejo isso como um momento de escapismo. Já estas novas gerações estão dentro e fora da realidade ao mesmo tempo. Mesmo nas relações com os amigos, é tudo muito virtual. Além disso, há um grande peso posto na questão da identidade, para seres diferente, e tens que ser tu a criar essa identidade e a pressão de garantir que essa identidade seja respeitada ao máximo e por todos. Há uma procura de significado e identidade própria, que é comum a todas as gerações, mas que para as atuais gerações mais novas não é simplificada com esta coisa da virtualidade e mundo digital. Voltando à pergunta, no que toca ao sentido de humor, acho que esse continua a existir e vivo. Mas o humor evoluiu: vai mudando o tipo de humor que se faz e o tipo de humor que é apreciado. Eu vejo isso em primeira mão. Eu trabalho com pessoas mais novas do que eu, de quem eu gosto imenso e que são ótimos humoristas e fazem humor diferente do que se fazia há uns anos.

SEGUROS EM NÚMEROS

| PRODUÇÃO ACUMULADA DESDE JANEIRO | PRODUÇÃO EMITIDA DE SEGURO DIRETO | | | | | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|------------------|-------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | Milhares de Euros | | Variação homóloga | | Estrutura da Produção | |
| | 2022.03 | 2023.03 | Nominal | Real | 2022.03 | 2023.03 |
| VIDA | 1 794 249 | 1 276 223 | -28,9% | -34,1% | 52,7% | 42,0% |
| Risco | 279 538 | 288 834 | 3,3% | -4,3% | 8,2% | 9,5% |
| Produtos Capitalização | 1 028 252 | 649 742 | -36,8% | -41,5% | 30,2% | 21,4% |
| PPR | 486 459 | 337 648 | -30,6% | -35,7% | 14,3% | 11,1% |
| Operações de capitalização | 0 | 0 | | | | |
| NÃO VIDA | 1 612 159 | 1 762 595 | 9,3% | 1,2% | 47,3% | 58,0% |
| Acidentes e Doença | 704 016 | 798 141 | 13,4% | 5,0% | 20,7% | 26,3% |
| Acidentes de Trabalho | 304 300 | 345 090 | 13,4% | 5,0% | 8,9% | 11,4% |
| Doença | 355 776 | 407 061 | 14,4% | 5,9% | 10,4% | 13,4% |
| Incêndio e Outros Danos de Coisas | 285 158 | 299 731 | 5,1% | -2,7% | 8,4% | 9,9% |
| Habitação e Condomínios | 155 620 | 172 558 | 10,9% | 2,7% | 4,6% | 5,7% |
| Comércio e Indústria | 100 971 | 96 170 | -4,8% | -11,8% | 3,0% | 3,2% |
| Automóvel | 528 981 | 565 323 | 6,9% | -1,1% | 15,5% | 18,6% |
| Transportes | 17 081 | 16 445 | -3,7% | -10,9% | 0,5% | 0,5% |
| Responsabilidade Civil Geral | 44 972 | 46 566 | 3,5% | -4,1% | 1,3% | 1,5% |
| Diversos | 31 951 | 36 388 | 13,9% | 5,4% | 0,9% | 1,2% |
| TOTAL | 3 406 408 | 3 038 818 | -10,8% | -17,4% | 100,0% | 100,0% |

U: Milhares de Euros

APRESENTAÇÃO DO LIVRO *JORNADA SEGURA NO PORTO*

Alunos do Colégio Efanor conversam com Autoras da coleção de livros de Educação Financeira da APS

O dia 27 de abril estava marcado na agenda de todos os participantes: “encontro com Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada, sobre o livro da APS, *Jornada Segura*”.

Um grupo de turmas do 10.º e 12.º anos do Colégio Efanor esteve, até àquele dia, dedicado a ler e analisar o livro, para estar preparado para colocar questões às duas Autoras – sobre a história, sobre o processo criativo, as dúvidas, as descobertas, entre outras de carácter mais geral, relacionadas com a experiência de escritoras.

E assim foi: Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada explicaram os principais passos que deram durante a criação da história, os desafios e dificuldades que enfrentaram, sem deixar de recordar os jovens que, em todos estes processos, há sempre uma enorme aprendizagem.



Para além do debate em torno deste livro, partilharam também vários episódios pessoais – a relação entre as duas, quer profissional, quer de amizade, situações familiares e outros momentos, vividos durante o tempo em que eram Professoras, que em muito contribuíram para chegar à fórmula de sucesso das histórias que publicam, há décadas. O encontro rematou com uma sessão de autógrafos dos exemplares oferecidos aos alunos.



OFICINA DE LITERACIA FINANCEIRA SOBRE SEGUROS - CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Integrado num Programa Municipal da Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Setúbal (CMS), no âmbito do recente Eixo de Formação, Capacitação e Empregabilidade – que procura capacitar os jovens para escolhas conscientes de percursos formativos e para o mercado de trabalho através de atendimento personalizado, oficinas e sessões informativas – este município recebeu o apoio da APS, através da realização de uma sessão sobre Seguros.

Intitulada “*Conversando sobre Seguros*”, foram tratados diversos temas, desde o mais abrangente ao mais concreto: entender os seguros; optar por um contrato de seguro; seguros em Portugal e na Europa; seguros obrigatórios e facultativos, com dois exemplos práticos, Automóvel e Habitação; Seguros de Vida, fazendo referência à questão demográfica e o futuro das reformas; e,

finalmente, o Seguro de Saúde e a importante diferença entre este e um plano de saúde.

A sessão foi muito valorizada pelos participantes, que consideraram a informação partilhada muito relevante para uma tomada de decisão ainda mais consciente.



WORKSHOP “FINANÇAS DESCOMPLICADAS” - ESCOLA DA INÊS DE CASTRO, ALCOBAÇA

No âmbito do Projeto de Cidadania e Desenvolvimento - “*Finanças Descomplicadas - A arte da gestão financeira*”, apoiado pela Câmara Municipal de Alcobaca, a turma do 12.º CTC da Escola da Inês de Castro, de Alcobaca, propôs-se a realizar um conjunto de *workshops* de forma a sensibilizar e a informar os jovens do 12.º ano sobre três grandes temas: Seguros; Crédito/Poupança/Orçamento; Bolsas para o Ensino Superior.

Tendo contactado a Associação Portuguesa de Seguradores para apoiar na realização da sessão sobre Seguros, a

APS abraçou este desafio e convidou dois profissionais de seguros para ministrarem aquela sessão.

O *workshop* realizou-se durante a manhã do dia 26 de abril e foi dividido em três sessões por cada tema. A apresentação feita aos alunos focou conceitos importantes sobre seguros que são importantes desde logo apreender; recordar, também, quais são os seguros obrigatórios que atualmente estão em vigor e, ainda, explicar a relevância de alguns seguros facultativos.

Este *workshop* contou com a participação de cerca de 160 alunos.



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE
CISTER - ALCOBAÇA

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SEGURADORES E A FUNDAÇÃO DR. ANTÓNIO CUPERTINO DE MIRANDA JUNTAS NA PROMOÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA

A Fundação Dr. António Cupertino de Miranda é uma instituição privada, sem fins lucrativos criada em 1964 e com sede no Porto. A sua missão é a promoção da sociedade do conhecimento e da coesão social. Tutela o Museu do Papel-Moeda e nele enraíza a sua programação, colocando importantes coleções de papel fiduciário ao serviço da sociedade através de programas de educação financeira que se destinam a colmatar défices societários. A Fundação assume na sua estratégia de intervenção na sociedade as práticas da filantropia de impacto. Está focada no desenho e implementação de projetos educação financeira. Tem uma abordagem muito intensiva para que os projetos cresçam e melhorem a sua capacidade de criar impacto social de forma consistente e positiva na sociedade.

A Associação Portuguesa de Seguradores (APS) é uma associação sem fins lucrativos constituída para a promoção dos interesses das empresas de seguros que representa – mais de 99% do mercado segurador.

Mas não só. A APS é muito mais do que isso. É um investidor social que apoia a sua estratégia numa gestão eficaz, transparente e com foco no investimento no impacto social. Para tal, desde há largos anos que tomou a decisão de não o fazer sozinha, acreditando que esta estratégia deve co-evoluir em colaboração com a Fundação, em vez de ser de forma independente.

A dimensão social desta colaboração tem sido muito significativa no que respeita ao apoio que a APS dá aos programas de educação financeira “No Poupar está o Ganho” e “Eu e a Minha Reforma”, projetos que não cessam de ser escalados de ano para ano, que se dirigem a vários públicos e que são reconhecidos pelo pioneirismo, pela inovação e pelo potencial que têm de influenciar políticas públicas.

“No Poupar está o Ganho” é um projeto de educação financeira dirigida a professores e alunos de todos os ciclos de ensino. É implementado em continuidade e suporta-se em três eixos orientadores: a transferência de conhecimento, o desenvolvimento de competências e a mudança de atitudes e comportamentos financeiros. No ano letivo de 2022-23 abrangeu 18.000 alunos, 920 turmas, 60 municípios, de Norte a Sul de Portugal, inclusive da Madeira e dos Açores. Em 13 edições já capacitou financeiramente mais de 70.000 alunos, mais de 3.500 turmas de escolas em mais de 80 municípios.

De destacar que este projeto foi o ponto de partida para o desenho da Estratégia Nacional de Literacia Financeira, criada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros. Foi com a experiência adquirida pela Fundação que foi concebido o Referencial de Educação Financeira. O projeto contribuiu também para a mudança do currículo nacional de educação, pois em 2018 a educação financeira passou a ser disciplina obrigatória em dois dos três ciclos de ensino.



As medições de impacto social realizadas pela Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto permitiram colher a evidência do sucesso e atrair o interesse dos Supervisores Financeiros e também da OCDE, tendo a Fundação começado a trabalhar, em 2022, com a Directorate-General for Financial Stability, Financial Services and Capital Markets Union, na construção do desenho de um novo Referencial de Educação Financeira para escolas e também no desenho de Estratégia de Literacia Financeira Digital para a Europa.

O projeto “Eu e a Minha Reforma” tem por objetivo a formação financeira e a capacitação digital das pessoas mais velhas. As iliteracias financeira e digital inibem a qualidade de vida de todos, em especial da população mais velha, porque conduzem ao empobrecimento e à exclusão. Este é um grave problema social. Pelo Censos de 2021, as pessoas com mais de 65 anos representam 23% da população e a projeção é a de que esta percentagem se venha a agravar. Portugal é o terceiro país mais envelhecido da União Europeia e o quarto do mundo.



Este projeto já fez mais de 760 sessões de capacitação, com temas cruciais para a gestão das finanças pessoais e para a capacitação financeira digital, abordando temas como os seguros, a poupança, a gestão do orçamento, a prevenção da fraude e os produtos financeiros digitais, entre outros. Também fez medição de impacto social e os resultados mostram que todas as metas e indicadores foram ultrapassados, revelando uma melhoria significativa de competências financeiras e digitais dos participantes. Outros impactos indiretos são de referir, já que o projeto trouxe uma alteração de perceção quanto à longevidade: as pessoas perceberam que irão provavelmente passar um terço da sua vida na reforma e que, portanto, têm de se preparar, pois necessitam de ter muito maior qualificação digital e financeira.

As dimensões e complexidade destes projetos jamais poderiam ter sido alcançadas sem uma forte rede de parceiros entre os quais se destaca a APS, porque não só os apoia como neles participa, assegurando a capacitação em matéria de seguros e a produção de conteúdos que alimentam as plataformas digitais dos projetos.

A importância desta colaboração tem sido determinante para a valorização e disseminação da literacia financeira.

Esta é relevante para a tomada de decisões informadas, tanto a nível pessoal quanto social. Do ponto de vista do ciclo de vida, melhora as finanças pessoais. Da juventude à reforma, as competências financeiras, incluindo a literacia em matéria de pensões, ajudam a planear o futuro e a fazer melhores escolhas, reduzindo a probabilidade de fragilidade financeira, particularmente na velhice e aumentando a independência económica, especialmente para as mulheres. Na esfera social, está demonstrado que a educação financeira afeta políticas públicas, impactando o funcionamento da democracia.

A avaliação desta parceria não poderia ser mais positiva. Por se guiarem pela criação de valor social e beneficiarem de relações próximas, a Fundação Dr. António Cupertino de Miranda e a Associação Portuguesa de Seguradoras são capazes de desenvolverem projetos inovadores e de elevado impacto social para diferentes problemas sociais.

Maria Amélia Cupertino de Miranda
Presidente do Conselho de Administração
Fundação Dr. António Cupertino de Miranda



TOMADA DE POSSE DO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

A Cerimónia de Tomada de Posse para o mandato 2022-2026 do Conselho Económico e Social (CES) teve lugar dia 25 de janeiro de 2023, na Sala Almada Negreiros do Centro Cultural de Belém.

A Associação Portuguesa de Seguradores está representada pelo Presidente, José Galamba de Oliveira, na qualidade de Membro Efetivo e pela Diretora Geral, Alexandra Queiroz, na qualidade de Membro Suplente.



13.ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA INSURANCE EUROPE - "PROTEGER O AMANHÃ"



Como nos podemos segurar contra as crescentes ameaças cibernéticas e climáticas? Como serão as melhores práticas em matéria de utilização e acesso a dados, investimento sustentável e diversidade, equidade e inclusão nos seguros? Todos estes temas e muito mais foram abordados por decisores políticos de alto nível, representantes dos consumidores e oradores do setor dos seguros na 13.ª Conferência Internacional "Proteger o amanhã", que decorreu durante todo o dia 7 de junho, em Paris, França e contou com cerca de 450 participantes.

A merecer destaque, a intervenção de Andreas Brandstetter, CEO da UNIQA e Presidente da Insurance Europe, que defendeu a necessidade de uma cooperação mais estreita entre as entidades públicas e o setor dos seguros. Ressaltou o compromisso do setor segurador em fornecer aos seus clientes uma proteção de risco confiável e de alta qualidade, segurança financeira e consultoria especializada e colocou em evidência o papel decisivo que as empresas de seguros podem ter no apoio à transformação da Europa numa Europa mais verde. Com efeito, as empresas de seguro têm um poder de investimento significativo e podem investir os seus fundos de forma sustentável e contribuir para uma sociedade mais verde e mais digital. Mas, para isso, é preciso operar num ambiente regulatório equilibrado. Ora, o que se vem assistindo é ao aparecimento de um volume esmagador de regulação, que limita essa capacidade de investimento, e é um obstáculo à competitividade global da Europa, quando comparado com outros continentes. Uma revisão estratégica das exigências regulatórias e a sua adaptação à natureza e complexidade própria do setor dos seguros é fundamental para garantir que o setor segurador europeu possa operar de forma sustentável e competitiva.

Se quiser visitar a Conferência pode fazê-lo [aqui](#).

A 14.ª Conferência Internacional da Insurance Europe realizar-se-á a 30 de maio de 2024 em Helsínquia.



NOTA DE PESAR DENIS KESSLER

A Associação Portuguesa de Seguradores dá nota de pesar pela morte de Denis Kessler, no dia 9 de junho de 2023, aos 71 anos.

Kessler foi Presidente do Insurance Europe Reinsurance Advisory Board (RAB) e CEO da resseguradora francesa SCOR, descrito como "uma figura icónica do mundo dos seguros e resseguros".

Com a Associação, manteve um contacto estreito e marcou presença em diversas reuniões realizadas em Lisboa.

A APS manifesta sinceras condolências à família e amigos de Denis Kessler, assim como aos colegas da SCOR.

REUNIÃO COM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS - BRASIL



“A APS recebeu em Lisboa uma delegação da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), chefiada pelo seu Presidente, Dyogo Oliveira. Este encontro permitiu trocar informações e experiências sobre os mercados de seguro do Brasil e de Portugal, assim como abordar o tema das oportunidades de investimento no setor segurador no Brasil. Na ocasião, a CNseg convidou as seguradoras portuguesas a participarem na 38.ª Conferência Hemisférica de Seguros, evento organizado pela FIDES – Federação Interamericana de Seguros, no Rio de Janeiro, em setembro de 2023 e cujo programa pode consultar [aqui](#).”

APS RECONHECIDA COM PRÊMIO DA CUNHA VAZ & ASSOCIADOS

A Associação Portuguesa de Seguradores recebeu o prémio Rui Nabeiro, no âmbito da celebração dos 20 anos da Cunha Vaz & Associados (CV&A).

Os prémios atribuídos pela CV&A pretendem reconhecer clientes e personalidades que ajudaram a empresa a crescer ao longo destes anos.

Sendo o cliente mais antigo da consultora, a APS recebeu este prémio que simboliza resiliência e perenidade.



ESPAÑHOLA UNESPA TEM NOVA DIREÇÃO

Mirenchu del Valle Schaan é a nova presidente da Asociación Empresarial del Seguro



Em Espanha, a Asociación Empresarial del Seguro (UNESPA) elegeu novos órgãos sociais. Depois de uma liderança de 20 anos (equivalente a cinco mandatos), Pilar González de Frutos deixou a presidência da associação empresarial espanhola, cedendo o lugar a Mirenchu del Valle Schaan. Ao ato eleitoral concorreu uma lista única, tendo os associados optado por uma transição de continuidade na gestão de um organismo que, fundado em 1977, representa hoje 200 seguradoras e resseguradoras que valem cerca de 96% do volume de negócio segurador no mercado espanhol. Antes de assumir a presidência, Mirenchu del Valle Schaan, mestre em Direito, era, desde 1996, a Secretária-Geral da UNESPA. Foram ainda eleitos 3 vice-presidentes, 18 vogais para o Comité Executivo e 33 membros do Conselho Diretivo.



SEMANA DE COMBATE À FRAUDE NOS SEGUROS

Entre os dias 18 e 21 de abril, a Associação Portuguesa de Seguradores realizou a Semana de Combate à Fraude nos Seguros, dirigida a profissionais do setor, que contou com a presença de mais de 200 participantes.

O Presidente da Comissão Técnica de Condução de Mercado, que integra a Subcomissão Fraude, e os Moderadores das várias sessões que integraram este evento fizeram um balanço da Semana e salientaram quão estratégico é este tema, de forma transversal, para o universo da atividade seguradora.

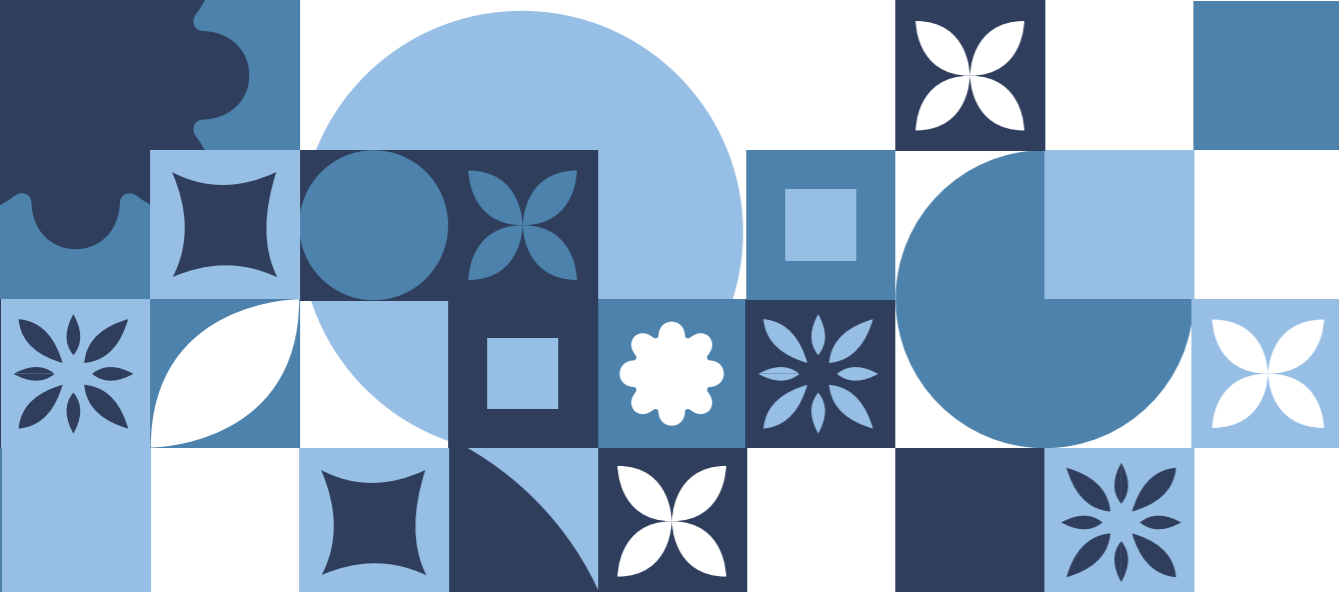
A fraude em seguros não atinge só o setor segurador, mas torna-se essencial que este estructure e incremente as bases para a implementação de uma cultura antifraude consistente e robusta para manter a integridade e transparência na proteção dos seus clientes e da sociedade em geral.

Em Portugal, de acordo com os últimos dados publicados, no ano de 2021 foram detetadas fraudes com um custo potencial próximo dos 60 milhões de euros que não foram pagos. Este universo representa uma poupança de quase 2 pontos percentuais na taxa de sinistralidade – relativos, apenas, a fraude que o setor conseguiu detetar.

Assim, para se discutir a fraude nos seguros, é fundamental ter presente todos os fatores que podem afetar este fenómeno. Sendo certo que a atividade seguradora é, naturalmente, influenciada pelo contexto económico e social em que opera, não poderão deixar de ser analisados os desafios estratégicos para o setor segurador e para a economia nacional neste contexto.

Um dos desafios passa pelo desenvolvimento tecnológico e o avanço do digital, os quais criaram oportunidades para a prática da fraude (desde a subscrição ao sinistro) em moldes diferentes e mais sofisticados, exigindo às seguradoras controlo de igual nível de sofisticação. A solução passará pelo uso de ferramentas tecnológicas seguras e fortes, como a Inteligência Artificial, uma análise aprofundada de bases de dados completas e de qualidade que garantem a identificação, prevenção e rapidez de resposta. Porém, é essencial manter o foco na área de interseção e de potencial conflito entre, por um lado, a atividade de combate à fraude e, por outro, a proteção dos dados pessoais passíveis de serem afetados por essa atividade, com destaque para o fundamento de licitude do tratamento de dados para fins de luta anti-fraude. Aliás, esse foco está também presente na partilha de informação – de especial importância na prevenção e combate à fraude nos seguros – como um suporte fundamental para a deteção de ações fraudulentas típicas que incidem, frequentemente, sobre vários operadores em paralelo. Urge, pois, desenvolver sistemas de partilha de informação e cooperação, dentro de um quadro legal que não reconhece, ainda suficientemente, todas as dimensões deste problema.

A Semana de Combate à Fraude nos Seguros assumiu-se como um evento inédito para o setor, de análise por parte do mercado segurador nas diferentes vertentes. O interesse, exclusivamente focado na fraude em seguros, comprovou-se pela participação de reconhecidos oradores que a enriqueceram e pelos temas abordados nas várias sessões, que ajudaram a promover a reflexão e a consciencialização para o fenómeno da fraude, bem como discutir e explorar estratégias nas vertentes da prevenção, deteção e combate.



CICLO DE CONFERÊNCIAS APS 2023

OS SEGUROS NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO: MICROMOBILIDADE, RISCOS DA NATUREZA E DESAFIOS NA SAÚDE EM DISCUSSÃO

No mês de maio arrancou o Ciclo de Conferências da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), iniciativa que tem como objetivo refletir e debater a importância do seguro no mundo atual, abordando um conjunto de temáticas distintas, mas relevantes e incontornáveis para a atividade de todo o setor. A primeira conferência, dedicada à *"Micromobilidade Segura"*, realizou-se em Aveiro. O segundo evento teve lugar em Lisboa e centrou-se no tema *"(Des)Proteção para Riscos da Natureza"*. O mais recente painel de discussão teve lugar em Coimbra e colocou a *"Saúde no pós-COVID"* no centro da discussão.



Rui Ribeiro
Presidente da ANSR

Arrancou, no início de maio e em Aveiro, o ciclo de conferências da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) – *Os Seguros num Mundo em Transformação*, que tem por objetivo promover a reflexão sobre a importância do seguro nas mais diversas áreas da sociedade. A primeira sessão foi dedicada ao tema da *"Micromobilidade Segura"* – daí a escolha da cidade aveirense, conhecida como a "capital da bicicleta" pelo pioneirismo na abordagem aos temas da mobilidade, para arranque deste ciclo de conversas. Os trabalhos começaram com uma breve mensagem de boas-vindas de José Galamba de Oliveira, presidente da APS, que, desde logo, passou a palavra a Rui Ribeiro, presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), o *keynote speaker* do evento. Depois de uma apresentação onde abordou temas, entre outros, como a segurança de mobilidade ativa, a sinistralidade com velocípedes na Europa ou o setor das trotinetes partilhadas e respetiva fiscalização, o responsável salientou o enorme impacto que os acidentes com velocípedes e trotinetes partilhados têm atualmente, dando lugar a danos corporais relevantes, alguns de natureza traumatológica e neurológica de elevada complexidade, e provocando inclusivamente casos de morte. Lembrando que as trotinetes são, atualmente, uma das principais opções de mobilidade urbana para os pedestres, Rui Ribeiro lembrou que a maioria dos utilizadores que têm acidentes são, na verdade, inexperientes.

A conferência continuou com uma mesa-redonda, moderada pelo jornalista Júlio Magalhães (CNN Portugal e Rádio Observador) e contou com intervenções e contributos de vários convidados. Ana Miranda, diretora do gabinete jurídico da Autoridade de Mobilidade e dos Transportes (AMT), frisou a importância da regulação no setor da mobilidade, sugerindo, entre outras medidas, modelos concorrenciais de ocupação do espaço público, a georreferenciação para regular zonas permitidas e proibidas de uso e a definição de zonas específicas de estacionamento e recolha dos velocípedes e trotinetas partilhadas. Salientou ainda a importância de se clarificar a abrangência do seguro, que deve ser feito por quem utiliza estes meios.



O painel de debate da edição *"(Des)proteção para riscos da natureza"*, moderado pelo jornalista **Júlio Magalhães**: Esq.>Dta: **Luís Guerreiro** (SCROM), **Domingos Xavier Viegas** (ADAD), **Pedro Garrett** (Zadapt) e **Helena Freitas** (P. Serralves)

Por sua vez, Frederico Venâncio, diretor de micromobilidade da Bolt em Portugal, deu uma perspetiva geral da operação da plataforma em Portugal, dando ainda a conhecer a todos os presentes algumas novas ferramentas tecnológicas que permitirão aos operadores de transportes gerir mais eficientemente a suas operações, como por exemplo o uso de inteligência artificial para o estacionamento correto dos veículos, a avaliação dos comportamentos dos utilizadores ou a melhoria das condições das estações de carregamento.

A finalizar a mesa-redonda, João Varandas Fernandes, médico e diretor de traumatologia ortopédica do Centro Hospitalar de Lisboa Central, deu a conhecer os principais danos corporais associados à micromobilidade e o número crescente de casos que começam a chegar aos hospitais. O médico especialista destacou que a bacia, os joelhos e o antebraço são as principais áreas afetadas por acidentes relacionados com micromobilidade, mas os mais graves afetam, em especial, a face e a cabeça, salientando ainda que a utilização de ciclovias e o respeito pelas regras de segurança são fundamentais para a redução de casos de acidentes.

O encerramento da conferência, ficou a cargo de José Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Aveiro, que aproveitou para dar a conhecer os principais investimentos da autarquia que lidera na área da mobilidade.



José Galamba de Oliveira deu as Boas Vindas, nas edições do Ciclo de Conferências da APS 2023

RISCOS CATASTRÓFICOS: PRIORIZAR A PREVENÇÃO

No dia 23 de maio, naquele que foi o segundo momento do Ciclo de Conferências da APS, realizou-se no auditório da sede nacional da APS, em Lisboa, a conferência dedicada ao tema “(Des)Proteção Para Riscos da Natureza”. Desta feita, como keynote speaker teve a palavra o presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Duarte da Costa, que focou a sua comunicação na importância da “Prevenção e Proteção”. O responsável máximo da proteção civil em Portugal defende uma abordagem que dê prioridade à prevenção, incluindo uma forte componente de informação às populações, ressaltando que uma sociedade informada, é uma sociedade mais preparada e capaz. Salientando que, atualmente, o orçamento da ANEPC já aloca 50% de verbas na prevenção e outros 50% em resposta emergencial, o responsável lembra que estas



Gonçalo Vieira da Luz - NovaSBE

últimas dão resultados imediatos, mas efetivamente de pouca monta. Antes de concluir, Duarte Costa alertou ainda que o setor da proteção civil e os seus grandes desafios reclamam uma abordagem coletiva, multifacetada e intersectorial, sendo fundamental que todos os seus stakeholders “puxem” para o mesmo lado, no sentido de promover

uma sociedade cada vez mais segura e menos exposta a vários tipos de risco.

Em seguida, Gonçalo Vieira da Luz, professor convidado de Finanças na Nova SBE, fez uma breve apresentação do estudo “Protection gaps na economia portuguesa”, do qual é coautor, onde se comprova que, como esperado, o desastres e catástrofes naturais aumentaram de frequência em Portugal e na Europa nos últimos anos, em consequência das alterações climáticas. Outro dado relevante que o académico fez questão de salientar, na sua intervenção, é o facto de, entre 1980 e 2020, Portugal apenas ter registado uma proteção relativa a perdas em desastres e catástrofes naturais na ordem dos 4%, valor que revela que ao longo deste período de quatro décadas o país teve cerca 96% de perdas não protegidas.

Já Helena Freitas, Diretora do Parque de Serralves e Professora Catedrática na área da Biodiversidade e Ecologia na Universidade de Coimbra, fez uma apresentação sobre “O risco de alterações climáticas”, realçando a todo o auditório que as alterações climáticas já são uma realidade que nos lançou desafios que não podem deixar ninguém de fora. A especialista em biodiversidade classificou ainda o processo de descarbonização como um objetivo-chave para um futuro sustentável, que irá sempre e inevitavelmente exigir um enorme esforço de adaptação da parte de todos. Em conclusão, Helena Freitas deixou a mensagem de que o investimento mais importante para assegurar o bem-estar humano global no futuro tem de ser feito na Natureza.

Os trabalhos da conferência seguiram com a intervenção de Pedro Garrett, co-fundador da 2adapt, que



Helena Freitas - Parque Serralves



O painel de debate da edição “(Des)proteção para riscos da natureza”, moderado pelo jornalista **Júlio Magalhães**. Esq.>Dta: **Luís Guerreiro** (SCROM), **Domingos Xavier Viegas** (ADAD), **Pedro Garrett** (2adapt) e **Helena Freitas** (P. Serralves)



Duarte Costa - Presidente da ANEPC



Pedro Garrett - 2adapt

apresentou ao auditório um modelo de risco que a sua equipa desenvolveu ao longo dos últimos anos para a previsão de inundações e tempestades, tendo em conta as características territoriais e hídricas do país e das suas várias regiões.

Em seguida, o risco de incêndio e fogo florestal foi alvo de abordagem da parte do professor Domingos Xavier Viegas, Presidente da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial e Diretor do Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais. Para o especialista, tendo em conta a evolução climática, os fogos em Portugal vão comportar cada vez mais riscos – riscos esses que, ainda assim, na sua opinião, podem ser prevenidos, mitigados e reduzidos. Nesse sentido, o especialista defende que o setor dos seguros deve encontrar novas formas de se envolver mais eficientemente nesta área, mesmo que através de modalidades inovadoras, inclusivamente já ensaiadas em outros países, que potencialmente envolvam a partilha de risco com o Estado.

Esta conferência deu, por último, palco a uma breve mesa-redonda, em que Luís Guerreiro, Professor associado do Departamento de Engenharia Civil, Arquitetura e Georrecursos do Instituto Superior Técnico, de Lisboa, lembrou que cerca de 40% de Portugal Continental está exposto ao risco sísmico, salientando ainda que 80% do edificado nacional é anterior a 1985, ano em que foram aprovadas as mais recentes regras para a construção antissísmica. Para o especialista, o grande problema nacional no que toca à ameaça sísmica é mesmo o controlo de qualidade do edificado, uma vez que o conhecimento já existe. Para terminar, o académico alertou ainda para os baixos índices de cobertura dos seguros em Portugal no caso de riscos sísmicos.



ENFRENTAR A REALIDADE PÓS-COVID

Já no final de junho, teve lugar em Coimbra, na histórica Quinta das Lágrimas, a conferência da APS dedicada ao tema “Saúde no pós-COVID”. Na abertura da sessão, José Galamba de Oliveira, presidente da APS, fez questão de sublinhar a preocupação e a atenção que as seguradoras devem ter com as consequências pós-pandémicas, que já se sentem um pouco por todo o mundo e, naturalmente, afetam todo o setor.

O pneumologista Filipe Froes, especialista em Medicina Intensiva, na primeira intervenção da sessão, fez questão de frisar que, no período pós-pandémico que estamos a viver presentemente, o maior erro seria, enquanto comunidade e sociedade global, não aprender com o que se passou com a pandemia do novo coronavírus. Depois de traçar o quadro geral e balanço da crise pandémica em Portugal e os respetivos efeitos na saúde física e mental da população portuguesa, o especialista deixou a garantia a todo auditório que “vão surgir novas pandemias”. Tendo em conta este alerta, Filipe Froes realçou ainda que a melhor e mais eficaz forma de preparação para novos surtos pandémicos no futuro é mesmo a prevenção.

Em seguida, foi a vez de Ana Luisa Villanueva, *chief medical officer* da MAPFRE RE, tomar a palavra sobre as consequências, positivas e negativas, a nível científico, social e em particular no setor dos seguros, que a recente e grave crise de saúde pública teve na sociedade e alertar todos os presentes para os exigentes desafios que a crise pandémica lançou para o setor segurador. Tendo em conta efeitos que a pandemia teve nas seguradoras, em particular no ramo Vida – como, por exemplo, o aumento dos custos com cuidados de saúde, as alterações de coberturas (exclusões, agravamentos, limitações de capital) ou a necessidade de avançar com uma reformulação de questionários de saúde que ficaram obsoletos –, a especialista realçou que muito há a fazer e melhorar no setor segurador em áreas como a digitalização, análise de dados, mudanças na avaliação da doença e respetivo tratamento ou a criação e disponibilização de novos produtos que vão ao encontro das necessidades do mercado no pós-COVID.



Esq.>dta: **Manuel Teixeira Veríssimo, Paulo Cortes, Maria do Carmo Cachulo, Ana Luisa Villanueva e Filipe Froes**, os oradores da Conferência de Coimbra sobre "Saúde nos pós- COVID", num debate moderador pelo jornalista **Luís Castro**

A conferência seguiu com a realização de uma mesa-redonda, moderada pelo jornalista Luís Castro, que, para além de Filipe Froes e Ana Luisa Villanueva, contou também com a participação de Maria do Carmo Cachulo, Presidente da Delegação Centro da Fundação Portuguesa de Cardiologia, de Paulo Cortes, Coordenador do Centro de Oncologia do Hospital Lusíadas e ex-Presidente da Sociedade Portuguesa de Oncologia (2018-2019) e de Manuel Teixeira Veríssimo, Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos.

Antes do início do debate, os vários convidados procederam a uma breve exposição a abordar várias dimensões das repercussões da COVID-19 na saúde pública em Portugal, nomeadamente nas áreas da cardiologia e oncologia, seguindo-se uma mesa redonda de partilha e reflexão entre todos sobre a pandemia, sempre tendo como dado adquirido que ainda estão por conhecer todas as consequências do novo coronavírus na saúde dos portugueses a longo prazo e o respetivo alcance, uma realidade para a qual o setor segurador tem de estar o mais bem preparado possível.

O discurso de encerramento ficou a cargo de Miguel Fonseca, Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, que realçou que "a pandemia teve um impacto significativo nos sistemas de saúde em todo o mundo, pelo que se revela fundamental discutir estratégias para recuperar" o tempo perdido, "garantindo que as pessoas tenham acesso oportuno e eficaz a diagnósticos e tratamentos". Para o autarca, "não há dúvida que ainda há



Miguel Fonseca
Vereador da Câmara
Municipal de Coimbra

um conjunto de impactos da COVID-19 que estão por avaliar, nomeadamente ao nível da não prestação de cuidados de saúde atempados a outras doenças, como as oncológicas, ou as consequências na saúde mental dos confinamentos prolongados". Em jeito de conclusão, e relativamente ao setor segurador em particular, que mostrou ser "altamente resiliente" durante a crise pandémica, o responsável frisou que "as dificuldades resultantes da COVID-19 levaram o setor a acelerar a inovação e a mudança que há muito se identificava como uma prioridade, antecipando uma nova era na atividade seguradora".

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO SETOR SEGURADOR

| | |
|------------|--|
| 20/12/2022 | A ASF publica a Norma Regulamentar 13/2022-R, de 20 de dezembro - Avaliação de provisões técnicas e limites dos contratos de seguro e de resseguro. |
| 22/12/2022 | Inundações na Área Metropolitana de Lisboa: mais de 7700 sinistros participados. Seguradoras estimam pagar indemnizações No valor de mais de 18,6 milhões de euros. |
| 22/12/2022 | Publicado o Decreto-Lei n.º 85-A/2022 de 22 de dezembro - Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2023. |
| 27/12/2023 | APS anuncia app e-Segurnet com versão atualizada e otimizada. |
| 30/12/2022 | Publicada a Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro - Orçamento do Estado para 2023. |
| 04/01/2023 | Inundações na Área Metropolitana de Lisboa: volume de indemnizações sobe significativamente e supera os 47 milhões de euros. |
| 05/01/2023 | Publicada na 2.ª série do Diário da República a Norma Regulamentar n.º 12/2022-R, da ASF, que altera a Norma Regulamentar n.º 6/2019-R, de 3 de setembro, em matéria de qualificação adequada, formação e aperfeiçoamento profissional contínuo. |
| 05/01/2023 | Publicada na 2.ª série do Diário da República a Norma Regulamentar n.º 13/2022-R, da ASF, relativa à avaliação de provisões técnicas e aos limites dos contratos de seguro e de resseguro. |
| 09/01/2023 | Publicada a Portaria 24-A/2023, de 09 de janeiro, que procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho para o ano de 2023. |
| 12/01/2023 | Publicada a Portaria n.º 28/2023, de 12 de janeiro - Quinta alteração ao Regulamento do Seguro de Colheitas e da Compensação de Sinistralidade. |
| 19/01/2023 | Publicada a Resolução da Assembleia da República n.º 4/2023, de 19 de janeiro - Recomenda ao Governo que assegure o direito ao esquecimento, operacionalizando o disposto na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro. |
| 25/01/2023 | Cerimónia de Tomada de Posse para o mandato 2022-2026 do Conselho Económico e Social. |
| 09/02/2023 | Publicado o Regulamento de Execução (UE) 2023/266 da Comissão de 9 de fevereiro de 2023 - estabelece as informações técnicas para o cálculo das provisões técnicas e dos fundos próprios de base para efeitos de relato com uma data de referência compreendida entre 31.12.2022 e 30.03.2023, em conformidade com a Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. |
| 03/03/2023 | ASF publica a Deliberação n.º 237/2023, de 3 de março - delegação de poderes do conselho de administração nos seus membros. |
| 28/03/2023 | Realização da Assembleia Geral do CIMPAS. |
| 03/04/2023 | Reunião Anual da Comissão de Acompanhamento do do Plano Nacional de Formação Financeira, com a participação da APS. |
| 28/04/2023 | Eleição dos Órgãos Sociais do Gabinete Português de Carta Verde (GPCV). |
| 03/05/2023 | APS inicia o Ciclo de Conferências 2023, com estreia em Aveiro para tratar do tema "Micromobilidade segura". |
| 23/05/2023 | Ciclo de Conferências APS 2023: edição em Lisboa, com o tema "(Des)proteção para os riscos da Natureza". |
| 25/05/2023 | Publicada a Lei n.º 22/2023 de 25 de maio - Regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal. |
| 29/05/2023 | Publicada a Lei n.º 24/2023 de 29 de maio - aprova normas de proteção do consumidor de serviços financeiros, alterando os Decretos-Leis n.ºs 3/2010, de 5 de janeiro, 74-A/2017, de 23 de junho, 80-A/2022, de 25 de novembro, e 27-C/2000, de 10 de março, e a Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro (estabelece um regime de resgate de planos de poupança). |
| 06/06/2023 | 13.ª Conferência Internacional da Insurance Europe e Assembleia Geral da Global Federation of Insurance Associations (GFIA), em Paris. |
| 15/06/2023 | Grupo Generali compra Liberty Seguros em Portugal, Espanha, Irlanda e Reino Unido. |
| 29/06/2023 | Ciclo de Conferências APS 2023: edição em Coimbra, com o tema "Saúde no pós-COVID". |
| 03/07/2023 | APS realiza a Conferência Anual na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, no Porto, com o tema "Emoção e Razão - o lugar da ética no setor segurador". |
| 04/07/2023 | APS marca presença no primeiro dia (de dois) do Fórum Nacional de Seguros, organizado pelo ECO. |
| 10/07/2023 | Publicada a Lei n.º 32/2023 – Elimina a obrigação de afixação do distico do seguro automóvel |

Martin Käser
Head of Geophysical and
Parametric Risks
Corporate Underwriting
Munich RE

INSURANCE SCHEMES TO PROTECT AGAINST EARTHQUAKE RISK

Earthquakes are still causing some of the most severe consequences with respect to humanitarian disasters and financial crises in the affected countries. Earthquake catastrophes are defined as extreme events that overwhelms the response and recovery capability of the affected region.

As shown recently the earthquake sequence in Turkey, starting on February 6th 2023, a powerful main shock of magnitude M7.8 and a very strong M7.5 aftershock followed by a large number of smaller but still damaging aftershocks caused massive destruction along the East-Anatolian fault system.

Overall, eleven provinces in south-eastern Turkey and the northern part of Syria with a combined population of around 14 million have been impacted. By the end of March official numbers reported 56.900 fatalities due to collapsed buildings, around 130.000 injured and estimated 2.4 million displaced people living in temporary shelters. Approximately 160.000 buildings containing 520.000 apartments were destroyed or for safety reasons need to be demolished, while many more partially damaged buildings have to be repaired. Economic losses are estimated to exceed 70 billion USD with only a small fraction of it being insured, which represents the costliest natural catastrophe in the recorded history of Turkey and also shows the huge earthquake protection gap for such extreme events.

The enormous range of effects due to strong ground motions includes damage to residential, commercial, and industrial buildings and their respective contents, as well as business interruption to different extents.

Furthermore, damage to historical structures, infrastructures like bridges, tunnels, ports, airports, or power plants might occur. Lifelines including road, railway networks, energy transmission, or water supply or even emergency response facilities like fire departments and hospitals might not be operational any more.

In some countries specific, public insurance schemes, often supported by governments, exist to provide basic coverage against earthquake risks and are often limited to residential property. Examples of compulsory schemes are the Earthquake Commission (EQC) in New Zealand, the Taiwan Residential Earthquake Insurance Fund (TREIF), the Natural Disaster Insurance Pool (PAID) in Romania, the Consorcio de Compensación de Seguros in Spain (CCS) or the Turkish Catastrophe Insurance Pool (TCIP), many of them initiated after a major earthquake disaster.

Insurance rates can be variable depending on the geographical region or the building's structural type, height and age and often different levels of deductibles and limits can be selected. In addition, commercial or industrial properties can be insured voluntarily via extensions offered by the private insurance sector. Whenever insurance premiums are risk-based, i.e. when risk reduction is rewarded with lower insurance premiums, ex ante risk mitigation actions again can reduce the overall impact from major earthquakes significantly.

The advantage of compulsory schemes is the creation of a broad risk community with affordable premiums across all risk types where lower-risk policyholders subsidize the higher-risk policyholders. Furthermore, the coordination of activities for disaster response and rapid loss adjustment is tightly connected to these public insurance schemes.

Ultimately, their common mission is to change the experiences of the past decades where countries needed to allocate significantly more funds to disaster response than in risk reduction and disaster mitigation.

In regions like Portugal large earthquakes show the typical challenges of low-probability high-impact risk characteristics, especially, as triggered tsunamis pose additional risk to coastal areas like during the 1755 Lisbon earthquake. Research on people's behaviour indicate that the risk of high losses of such low-probability events is often underestimated due to lack of personal experience leading to low disaster mitigation activity.

Insurance coverage can significantly reduce the impact of catastrophes and reduce the cost of repair and reconstruction for households, businesses or governments. In fact, higher insurance penetration reduces the impact of earthquake damage on public finances and the political pressure after a disaster, as the need for government compensation of losses to households and businesses is lowered. This provides the government with greater flexibility to use potential recovery spendings for risk mitigation measures to reduce the economic impact of earthquake catastrophes.

Therefore, a compulsory scheme for the Portuguese Insurance Market might be a valuable instrument, that would contribute to maintain the society's wealth and the country's prosperity in case of an extreme earthquake event.

A EVOLUÇÃO DA TELEMEDICINA

Os avanços tecnológicos e a pandemia de Covid-19 fizeram crescer um conceito que já existia, mas ao qual poucos recorriam. A telemedicina é uma realidade com cada vez mais significado e cada vez mais faz parte das coberturas dos seguros de saúde.

Embora o conceito de telemedicina exista há já muito tempo, com registos que invocam a existência de consultas por telefone há mais de 100 anos, a pandemia de Covid-19 e os avanços da tecnologia foram os principais impulsionadores da medicina à distância nos anos mais recentes. Os períodos de isolamento da população em 2020 e 2021, particularmente, obrigaram a que muitos hospitais e outras unidades de saúde dessem uma nova vida a este conceito. Para isto contribuiu o facto de a tecnologia já disponível ser suficiente e conveniente para a realização de teleconsultas (por vídeo ou voz), deixando de ser relevante a presença física das pessoas e o local onde o paciente e o médico se encontram.

Apesar deste desenvolvimento repentino ter servido para dar resposta a uma situação de carácter extraordinário, a estabilização da pandemia não fez abrandar a telemedicina, que continua a crescer em Portugal e no resto do mundo. Dados os primeiros passos para o desenvolvimento do conceito, as vantagens tornaram-se evidentes, quer para a população, quer para os profissionais de saúde. A rápida e eficaz realização de consultas de rotina por videochamada, aliada à digitalização de que o sector da saúde tem sido alvo, permitindo, por exemplo, prescrições de medicamentos completamente desmaterializadas, estão a tornar a telemedicina uma solução para reduzir o número de pessoas nos hospitais e unidades de saúde sem descurar a realização de consultas com a mesma qualidade que as presenciais e que cumprem todos os requisitos necessários.

Neste contexto, a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) desenvolveu um estudo sobre a evolução da telemedicina em 2020-21, com o objetivo de mostrar o papel das novas tecnologias nos seguros de saúde. De acordo com este estudo, em 2020, foram realizadas quase 223 mil teleconsultas, tendo este número aumentado para 235 mil em 2021. Neste estudo, pode ler-se que "tendo apresentado um grande crescimento em 2020, no contexto da pandemia, a telemedicina mostrou-se como uma ferramenta de reforço à atenção médica aos segurados que pretenderam manter à distância a realização dos diferentes actos médicos. Em 2021, mesmo com restrições mais leves, este meio continuou a crescer, evidenciando assim que, mais que um substituto às consultas presenciais, é um complemento valorizado pelos utilizadores".



A Associação Portuguesa de Seguradores desenvolveu um estudo sobre a evolução da Telemedicina em 2020-21, com o objetivo de mostrar o papel das novas tecnologias nos seguros de saúde

Em termos etários, foi na faixa dos 30 aos 40 anos que se registou o maior número de consultas à distância nestes dois anos, tanto por telefone, como por videochamada, embora se registre também uma forte expressão nas faixas etárias dos 20 aos 30 e dos 40 aos 50 anos. Também as crianças até aos 10 anos contribuíram significativamente para o total de consultas à distância realizadas. Do lado oposto, verifica-se uma fraca adesão nos doentes com mais de 50 anos, sendo que quanto mais a idade avança, menos signifi-

cativa é a percentagem de realização de teleconsultas. A faixa etária dos 10 aos 20 anos, onde se encontram os adolescentes, teve também uma baixa expressão nos totais.

No que diz respeito ao meio utilizado, as consultas por voz representaram mais de 70% do total de teleconsultas realizadas em ambos os anos. As realizadas por vídeo eram, em 2020, particularmente utilizadas pela faixa etária dos 30 aos 40 anos.

De acordo com o mesmo estudo, "a

diferença na utilização de cuidados de saúde entre homens e mulheres é um fenómeno conhecido e observável em vários estudos e estatísticas sobre o setor. Não é, por isso, estranho que também na utilização de teleconsultas haja uma diferença, sendo que as mulheres representam perto de 60% da utilização, em ambos os anos em análise. No entanto, um dado que este estudo vem revelar é que esta diferença de utilização se atenua quando consideradas apenas as consultas por vídeo - embora

| | SEGURADORA | | PRESTADOR | | TOTAL | |
|---------------------------|----------------|----------------|-----------|---------|----------------|----------------|
| | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 |
| TOTAL DE CONSULTAS | 189 735 | 201 416 | 33 139 | 340 036 | 222 284 | 235 452 |
| TOTAL DE CONSULTAS | 171 430 | 176 349 | n.d. | n.d. | 171 430 | 176 349 |
| TOTAL DE CONSULTAS | 18 339 | 26 068 | n.d. | n.d. | 18 339 | 25 068 |

NOTA: DEVIDO À IMPOSSIBILIDADE DE DESAGREGAR AS CONSULTAS FEITAS EM PLATAFORMAS DE PRESTADORES, O TOTAL DE CONSULTAS REALIZADAS DIFERE DA SOMA DAS PARTES.

6 VANTAGENS DA TELEMEDICINA

1. MAIOR ACESSO AOS CUIDADOS DE SAÚDE

A telemedicina permite o acesso a assistência médica a qualquer hora e em qualquer lugar, desde que o utente tenha acesso à Internet e um computador, *tablet* ou *smartphone*. Isto é particularmente importante para facilitar o acesso de pessoas com necessidades especiais, idosos ou residentes em zonas remotas do País.

2. CUIDADOS COM A MESMA (OU MELHOR) QUALIDADE

Alguns estudos realizados ao longo do tempo sobre a telemedicina referem que esta modalidade não só permite cuidados de saúde equivalentes ou melhores do que os de uma consulta presencial, como ainda tem o potencial de envolver mais doente nos seus próprios cuidados.

3. REDUÇÃO DOS CUSTOS

Uma teleconsulta pode ser significativamente menos dispendiosa do que uma consulta presencial, tanto para os utentes como para os profissionais de saúde. Para o utente, porque não precisa deslocar-se; para os profissionais de saúde, porque conseguem atender mais pessoas no mesmo espaço de tempo.

4. MAIOR FACILIDADE DE COMUNICAÇÃO

Muitas vezes as pessoas não precisam, de facto, de uma consulta. Precisam apenas de esclarecer uma dúvida ou obter a prescrição de um medicamento de toma regular. Para isso, a teleconsulta é a solução ideal, visto que permite uma comunicação directa, rápida e remota com o médico.

5. ÓPTIMOS RESULTADOS EM SAÚDE MENTAL

A telemedicina tem um enorme potencial na área das consultas de saúde mental, visto que os cuidados necessários normalmente não incluem exames ou tratamentos físicos. Além disso, alguns estudos sugerem que a telemedicina é eficaz para fins de diagnóstico e avaliação em casos de saúde mental.

6. CONSTANTE EVOLUÇÃO

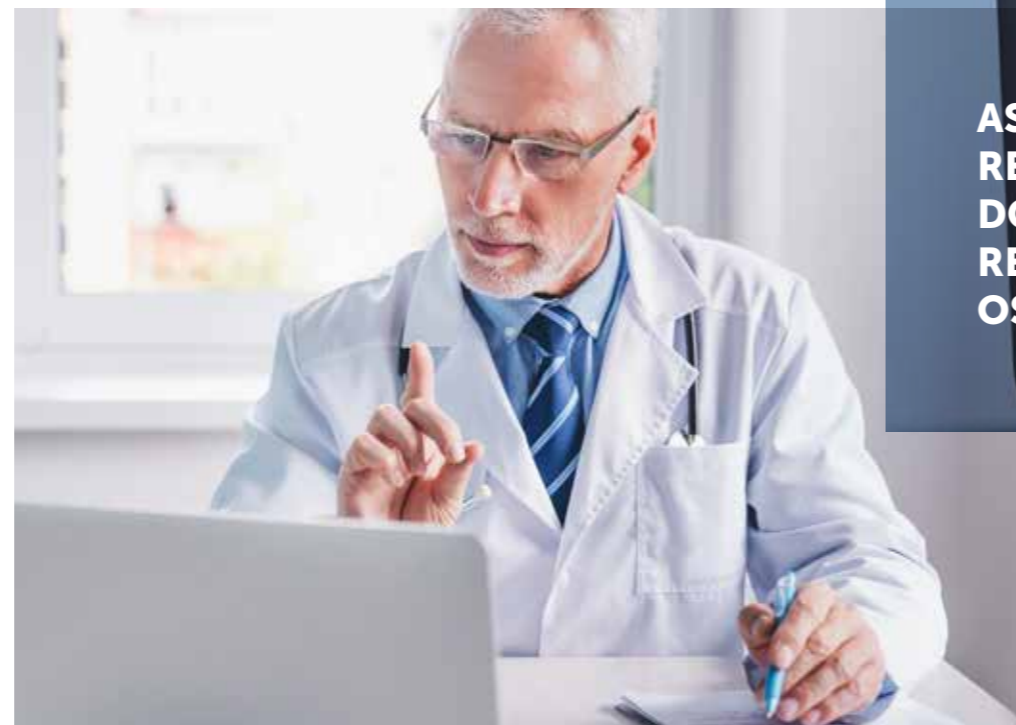
Por depender da tecnologia, a telemedicina está em permanente evolução e ganhará maior relevância e novas valências nos próximos anos. Considera-se que muitas outras vantagens desta modalidade ainda não estão sequer a ser consideradas. Com o desenvolvimento de *software* específico para a telemedicina, é provável que mais pessoas possam ter acesso a serviços de saúde ainda mais importantes, úteis e convenientes.

menos em 2021". Este resultado poderá ajudar a colmatar as diferenças na procura de cuidados de saúde junto da população masculina, que aparenta uma maior receptividade a consultas por vídeo do que por outros meios.

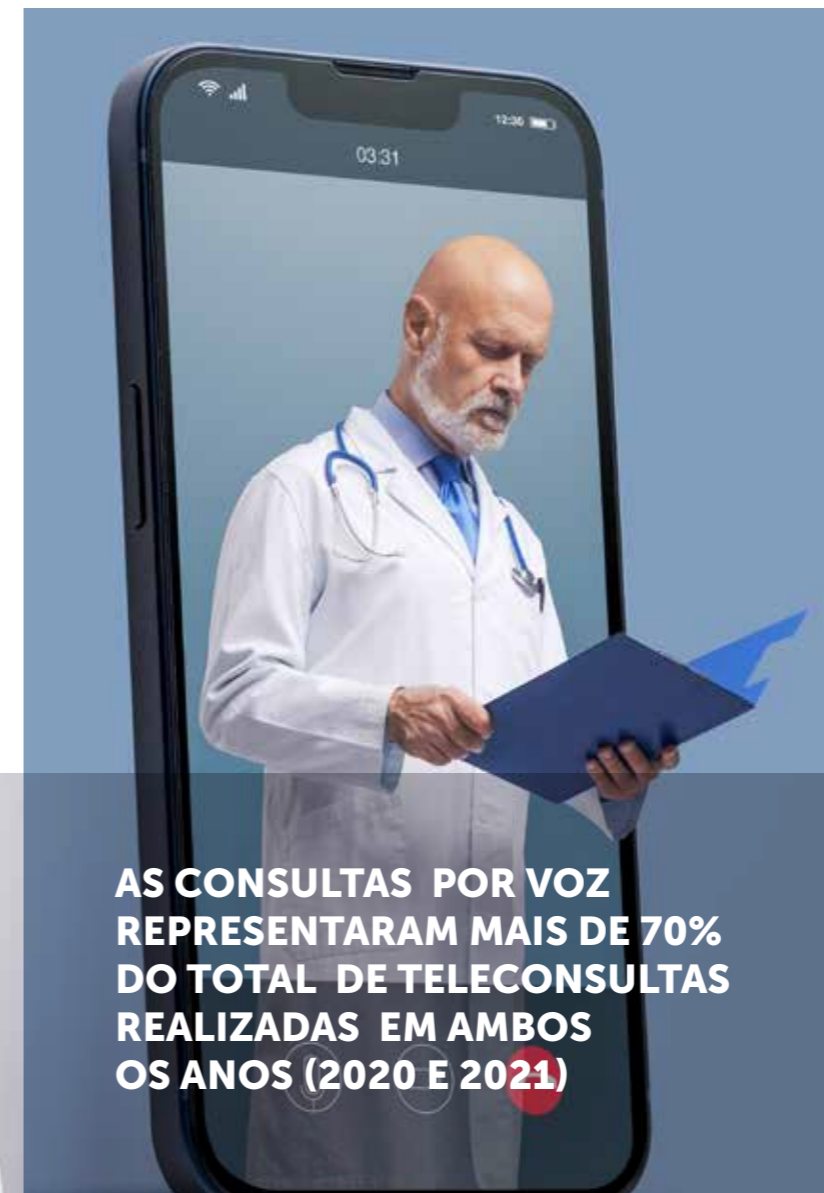
Os seguros de saúde

O fenómeno da telemedicina, cujo crescimento se tornou evidente nos anos de 2020 e 2021, foi acompanhado pelos seguros de saúde, que rapidamente passaram a incluir (ou já incluíam) esta modalidade em muitas apólices. De acordo com o estudo da APS, a distribuição da utilização de teleconsultas por forma de seguro espelha a distribuição de pessoas seguras, predominando os seguros de grupo em ambos os anos, com um peso relativo que ronda os 60%. Mais uma vez são as consultas por vídeo que trazem um resultado diferente do habitual, sendo que em 2020 os seguros individuais foram responsáveis por 51% das consultas por este meio. Do mesmo modo, verifica-se que "os dados obtidos indicam que o recurso a soluções de telemedicina é um fenómeno quase exclusivo dos seguros Managed Care, reflectindo a reduzida expressão dos seguros de Reembolso no mercado".

No que diz respeito à plataforma, o estudo indica que uns expressivos 85% das teleconsultas realizaram-se em plataformas disponibilizadas pelas próprias seguradoras, tendo as restantes sido realizadas no âmbito de contratos



O fenómeno da telemedicina foi acompanhado pelos seguros de saúde, que rapidamente passaram a incluir (ou já incluíam) esta modalidade



celebrados especificamente com prestadores para assistência em teleconsulta.

Por fim, este estudo indica que no total das consultas realizadas em plataformas das seguradoras, em 2020, 77% evitaram uma deslocação subsequente a uma unidade de saúde, valor que desceu para 68% em 2021. Em média, uma teleconsulta demorou, em 2020, cerca de 11 minutos e 4 segundos, tempo que baixou em cerca de 1 minuto em 2021.

Todos estes dados demonstram que a pandemia teve um forte impacto na massificação da telemedicina, mas também que esta é uma tendência que parece ter chegado para ficar. Além das vantagens evidentes na redução de afluência de pessoas às unidades de saúde, este fenómeno contribuiu para que os cuidados de saúde cheguem de forma mais fácil a regiões do país onde a deslocação a uma clínica ou a um hospital pode ser desafiante.

De resto, a importância da telemedicina é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde os anos 90, mas só com a pandemia recente foi possível torná-la mais abrangente e, acima de tudo, eficaz. A sua inclusão nas coberturas dos seguros de saúde é, igualmente, um passo decisivo no acesso mais abrangente aos cuidados de saúde por parte de toda a população.

Maria Manuel Mota

Diretora Executiva do
Instituto de Medicina
Molecular João Lobo Antunes



A história do iMM-Laço Hub tem origem na Associação Laço, fundada em 2000, por 5 mulheres – com o objetivo de honrar a memória de Brigitte Cabral que, com apenas 42 anos, perdeu a sua vida para o cancro da mama. Com muito por fazer nesta área, estas 5 mulheres cedo perceberam que, sem necessidade de reinventar a roda, podiam fazer a diferença. Através da angariação de fundos, a Laço foi essencial para o desenvolvimento de um programa nacional e populacional de rastreio de cancro da mama, que nessa altura estava apenas a dar os primeiros passos em Portugal. Durante quase duas décadas, a Laço foi determinante, não apenas para financiar a aquisição de unidades móveis de rastreio para a Liga Portuguesa Contra o Cancro, mas também para a consciencialização individual e populacional para esta doença que é ainda a primeira causa de morte por cancro em mulheres (menos de 1% de cancro da mama ocorre em homens). E na verdade, o trabalho da Associação Laço para a sensibilização sobre o rastreio do cancro da mama e divulgação de informações sobre o tema é amplamente reconhecido em todo o país.

A Laço, mais dizendo as pessoas que a constituíam estiveram sempre atentas aos novos desenvolvimentos que a medicina foi fazendo na luta contra esta doença. Dessa forma, a determinado momento passou a ser óbvio que sendo o rastreio essencial para deteção da maior parte dos cancros da mama, este não dá resposta a uma percentagem de 15% a 25% dos cancros, os que metastizam, e para os quais a ciência e a medicina ainda não têm as ferramentas de combate mais adequadas. Em 2012, a Laço tomou a decisão de apoiar a investigação em cancro metastático e, em 2015, nasceu o Fundo iMM-Laço: a Caminho da Cura, fruto de uma parceria entre a Associação Laço e o Instituto de Medicina Molecular João Lobo Antunes (iMM). Essa colaboração foi estabelecida com o intuito de maximizar o apoio e a promoção da investigação sobre o cancro da mama. Sob a administração do iMM, o Fundo iMM-Laço passou a conceder bolsas anuais a cientistas que atuam no instituto. A iniciativa manteve seu compromisso em sensibilizar e divulgar informações sobre o cancro da mama, ao mesmo tempo que assumiu uma nova missão – apoiar a investigação científica que se aproxima cada vez mais da cura para o cancro da mama metastático. A iniciativa beneficiou muito ao estar inserida numa instituição científica de excelência, como o iMM, aproveitando todos os recursos e conhecimentos disponíveis. Contudo, a necessidade de projetos de longo prazo tornou-se por demais evidente, de forma a permitir que a investigação avançasse de forma contínua.



Cancro da Mama INVESTIGAR E SENSIBILIZAR

Adicionalmente, ficou claro que era essencial envolver a sociedade civil num processo científico desta natureza. Era necessário fornecer informações adaptadas ao público em geral e compreender as preocupações reais das mais diversas pessoas e entidades, bem como explorar como a ciência poderia responder a essas questões.

Assim, em 2021, o iMM-Laço Hub surge como uma nova iniciativa, constituída por duas partes interligadas e indispensáveis – um laboratório dedicado à investigação do cancro da mama metastático e uma equipa cujo objetivo é estabelecer uma relação sólida entre a ciência e a sociedade civil. O laboratório do iMM-Laço Hub concentra os seus esforços na investigação do cancro da mama metastático, procurando avanços significativos no entendimento dessa doença complexa. Paralelamente, a outra parte da equipa do iMM-Laço Hub dedica-se à interação entre a ciência e a sociedade civil, trabalhando para fornecer informações acessíveis e compreensíveis ao público em geral e entender as preocupações da sociedade.

O objectivo desta equipa é explorar como a ciência pode abordar essas preocupações de maneira eficaz. Através do iMM-Laço Hub, a sociedade civil tem a oportunidade de se envolver ativamente na investigação científica do cancro da mama, feita no iMM mas também pelo mundo fora.

E porque é que é tão importante envolver a sociedade civil em alguns projetos científicos? A ciência e a investigação desempenham um papel fundamental no progresso da sociedade. Elas impulsionam a descoberta de novos conhecimentos, a inovação tecnológica e o desenvolvimento de soluções para desafios globais. No entanto, quando a comunidade em geral participa ativamente e eficientemente em alguns destes projetos, existe um aumento significativo na relevância, na aplicabilidade e nos benefícios para a sociedade como um todo.

Desta forma, ao envolver a sociedade civil em certos projetos científicos, promovemos uma compreensão mais

ampla e precisa da ciência. Isso permite que as pessoas se tornem informadas e atualizadas sobre os avanços científicos, superando mitos e equívocos comuns. Com uma compreensão adequada, a sociedade pode tomar decisões mais fundamentadas em relação a questões científicas, não só como neste caso o cancro da mama, mas também mudanças climáticas, impacto da tecnologia, entre tantos outros.

A participação da sociedade civil traz perspetivas e necessidades do mundo real para a investigação científica. Ao incluir diferentes grupos, como pacientes, comunidades locais, ONGs e o setor privado, os projetos científicos tornam-se mais direcionados às necessidades e desafios enfrentados pela sociedade. Isso garante que a investigação seja relevante, aplicável e benéfica a mais curto prazo para as pessoas afetadas por determinado problema. Além disso, o envolvimento das pessoas em projetos de investigação, promove a colaboração entre cientistas e o público em geral. A co-criação de conhecimento permite que especialistas e pessoas com experiência prática se unam para identificar problemas, desenvolver soluções e implementar mudanças efetivas. Essa colaboração multidisciplinar pode levar a abordagens mais holísticas e inovadoras para resolver desafios complexos.

Mas acima de tudo, a participação da sociedade civil em projetos científicos promove a transparência e a prestação de contas. Quando as pessoas têm a oportunidade de se envolver, questionar e contribuir para a investigação, a confiança na ciência é fortalecida. Isso é especialmente importante no momento em que a desinformação e a desconfiança em relação à ciência são desafios significativos. O envolvimento público ajuda a estabelecer uma base sólida de confiança, o que é essencial para o avanço científico e o apoio às políticas baseadas em evidências.

O iMM-Laço Hub representa uma abordagem inovadora que une a investigação científica do cancro da mama à participação da sociedade civil. Essa colaboração entre cientistas e a comunidade é uma fonte de inspiração e motivação, com potencial para impulsionar avanços significativos na prevenção, diagnóstico e tratamento do cancro da mama. O objetivo é criar uma rede de ligações essencial para aumentar a eficácia dos esforços de investigação, impulsionar a divulgação científica adequada e atender às necessidades reais das pessoas afetadas pelo cancro da mama. Ao unir esforços, estamos mais próximos de alcançar avanços significativos e concretos na luta contra o cancro da mama e oferecer esperança a todas as pessoas que enfrentam essa doença.

aps ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE SEGURADORES